

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:
Imperialismo e Hegemonia

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Júlio César Garcia Ehlers

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: Economia Política

Palavras Chaves: 1. Imperialismo
2. Sub-imperialismo
3. Hegemonia

FLORIANÓPOLIS-SC, SETEMBRO DE 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota ____ ao aluno Julio César Garcia Ehlers na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Presidente

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued
Membro

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Membro

El Imperialismo es el vicio dominante de todos los Estados prósperos; su castigo resulta inevitable dentro del orden de la naturaleza.

J. A. Hobson

Agradecimentos

A Deus acima de todas as coisas

A minha esposa Carla pela compreensão e pelos inúmeros momentos de dedicação ao transmitir seus conhecimentos para que os detalhes na realização desse trabalho fossem concludentes

Aos meus pais Ibanez (em memória) e Maria por terem me instruído a jamais desistir de buscar o conhecimento.

Ao meu orientador Prof. Pedro, que em todos os momentos esteve presente, dirigindo a minha leitura e me conduzindo a uma melhor compreensão dos temas ora apresentados.

Aos colegas de trabalho de todos os graus que souberam entender o quanto era importante para eu concluir esta monografia.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	VI
LISTA DE FIGURAS.....	VII
CAPÍTULO I.....	8
1 INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO II	12
2 IMPERIALISMO	12
2.1 IMPERIALISMO – FASE MONOPOLISTA DO CAPITALISMO.....	12
2.2 IMPERIALISMO – FASE PARTICULAR DO CAPITALISMO	16
2.3 HOBSON – NOÇÕES DE IMPERIALISMO	18
2.3.1 <i>O domínio do imperialismo Inglês na Índia</i>	21
2.3.2 <i>O novo imperialismo</i>	22
2.4 IMPERIALISMO – EMPREGOS DO TERMO	23
2.4.1 <i>A visão nacionalista de imperialismo</i>	25
2.4.2 <i>Fenômenos expansionistas do imperialismo</i>	27
2.5 ARRIGHI E O IMPERIALISMO INGLÊS	29
2.6 BUKHARIN E O IMPERIALISMO COMO RESULTADO DA POLÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO.....	32
CAPÍTULO III.....	35
3 SUB-IMPERIALISMO BRASILEIRO.....	35
3.1 SUB-IMPERIALISMO – COMO RESULTADO DA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	35
3.2 O SUB-IMPERIALISMO BRASILEIRO COMO RESULTADO DA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE EUA E ALEMANHA	39
CAPÍTULO IV	44
4 A DINÂMICA IMPERIALISTA NORTE-AMERICANA.....	44
4.1 A ERA DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO	44
4.2 O EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO E A GRANDE CORPORAÇÃO MONOPOLISTA.....	50
CAPÍTULO V.....	56
5 COMPREENDENDO HEGEMONIA	56
5.1 CONTEXTUALIZANDO O TERMO “HEGEMONIA”	56
5.2 A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E AS FASES: MATERIAL E FINANCEIRA.....	61
CAPÍTULO VI.....	66
6 CONCLUSÃO	66
7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comercio das exportações dos EUA - 1890-1900	17
Tabela 2 - Crescimento das exportações brasileiras – 1968 e 1970	36
Tabela 3 - Total das importações de origem Alemanha/por paises	39
Tabela 4 - Total das exportações para a Alemanha/ por paises	39
Tabela 5 - Reservas de Petróleo no Oriente Médio- 1940 e 1967	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estabilidade dos fenômenos expansionistas	26
Figura 2 - Estabilidade dos fenômenos expansionistas do Imperialismo Inglês	27
Quadro 1 - Ciclos Sistêmicos de Acumulação	70

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura atual, marcada por uma série de conflitos antagônicos, resolvidos pelo uso da força e pela imposição daquilo que permeia os interesses capitalistas - representados pelos monopólios industriais - que se apresentam como transnacionais acobertadas pela máquina do estado na busca de seus próprios interesses econômicos, tem nos feito refletir sobre o poder e as formas de dominação. Os grandes capitais arrastam-se nos segundos do tempo onde melhor obtém o lucro, independentes das catástrofes semeadas naqueles países submetidos a esta nova ordem, furtam a inocência dos povos, exploram sua natureza e dela obtém a essência para sua motivação “o lucro máximo”.

Por diversas vezes temos ouvido na contemporaneidade os termos imperialismo e hegemonia. Somos levados a aceitar que os interesses hegemônicos estão em consonância com os interesses de todos os povos, como demonstrou Arrighi¹ (1966). As nações hegemônicas dissimulam seus reais interesses quando aplicam a força para combater um mal representado pelos governos ditos de esquerda, concebidos como ditadores que ferem os princípios da liberdade mundial e principalmente às leis que regem o sistema capitalista de produção. Não participar dessa estrutura mundial é abdicar dos interesses maiores dessa fera que se esconde atrás do domínio imperialista, onde as nações que detêm a hegemonia cuidam para que ela, a fera, não perca seu objetivo principal, ou seja, ser alimentada vorazmente pela exploração dos povos subjugados.

Muitos autores do século passado e do atual referiram-se aos EUA como um Império, e daí surge ou ressurge o debate sobre imperialismo. Muitas são as formas de se pensar imperialismo, mas a busca por uma definição que melhor o definisse imperialismo nos dias de hoje nos levou a pesquisar o que estes autores pensavam quando faziam uso do termo, e o que os levava a definir os EUA como uma nação-imperial.

O termo “império” como grandeza não só territorial, mas também temporal, foi melhor atribuído aos Romanos e certamente é do Império Romano que os pensadores

¹ O poder adicional é o poder associado a dominação, mas, ampliado pelo exercício da liderança intelectual e moral sobre outras nações soberanas. Um Estado exerce função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e com isso é percebido pelos demais como buscando um interesse geral. (ARRIGHI, 1966, P. 27-29)

contemporâneos geralmente buscavam características para definir se as ações de um Estado frente aos demais eram imperialistas.

Antonio Sansuosso definiu “Romanização” como:

“Entendida como a assimilação da cultura e da cosmovisão política romana por parte dos povos conquistados. Os conquistados se tornavam sócios na condução do império. Se tratava de um processo seletivo que se aplicava diretamente sobre os setores altos das sociedades submetidas mas afetava todas as classes, com benefícios para algumas e conseqüências negativas para outras (...) A supremacia romana estava baseada na combinação magistral de violência e persuasão psicológica, os castigos mais duros para aqueles que a desafiavam, a percepção de que seu poder não tinha limites e os prêmios reservados só para aqueles que se conformavam” (SANSUOSSO, apud, PANITCH, LEYS, 2004, p.20).

Hoje a lógica na estrutura imperialista do capitalismo se expande e internacionaliza. Marx, no manifesto comunista, descreveu um futuro que pareceria assombroso a nosso tempo “Espoleada por la necesidad de dar cada vez mayor salida a sus productos, la burguesía recorre el mundo entero. Necesita anidar en todas partes, establecerse en todas partes, crear vínculos en todas partes se forja un mundo a su imagen y semejanza.” (MARX, apud, PANITCH; LEYS, 2004, p.23)

O capitalismo avança incólume, atravessa fronteiras, participa das reuniões familiares, encontra lugar na mente das pessoas, retira a liberdade tão inocente de nossas crianças, fere as leis e os costumes de diversos povos, muitas vezes milenares, impõe sua cultura passando uma borracha na história secular dessas nações.

A dinâmica capitalista representada pelo poder hegemônico só foi possível porque os meios de produção, como a mecanização, permitiram o abarrotamento de novos produtos em quantidades infinitamente maiores que motivaram a busca de novos mercados. Bukharin resumiu de uma maneira muito clara esta situação:

A exploração dos países economicamente atrasados, pelos capitalistas de um país qualquer, tem nessas condições dois tipos de conseqüência: diretamente, a criação, para o capital, de novas esferas de investimento num país colonial, e, ao mesmo tempo, um escoamento maior de mercadorias para a indústria do país dominante. (BUKHARIN, 1988, p.96).

Esta necessidade de exploração submeteu o mundo a participar dessa nova jornada, onde a inovação, uma das características principais da produção capitalista moderna, conduziu o capitalista a investir cada vez mais, resultando num excesso de capital financeiro.

O farto capital financeiro não poderia descansar sem que houvesse um fermento para que crescesse dia a dia. Os grandes empréstimos, mascarados de investimentos, possibilitaram o desenvolvimento das nações que ainda não haviam passado pelo processo de industrialização.

Diante do exposto, aguicei-me a encontrar, se é que existem, diferenças entre o uso dos termos “Imperialismo e hegemonia”, a forma como diversos autores os definiram, as relações entre eles, objetivando sistematizar a discussão realizada por tais autores, confrontando as temáticas, imperialismo e hegemonia, além de situar o sub-imperialismo nessa discussão.

A metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho acadêmico baseia-se na pesquisa bibliográfica, que em linhas gerais “é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes”. (BONI; QUARESMA, 2005, P. 71). Ela abrange estudos realizados em livros e na rede mundial de computadores, entre outros, sendo importante os levantamentos em dados originais. Após a composição do referencial teórico e de posse dos dados recolhidos, foi efetuado um estudo a fim de se apropriar das informações necessárias para a elaboração da análise do tema e concluir o questionamento posto como problemática.

Desta forma, consideramos que a relevância da pesquisa em foco se faz no sentido de nos alertar para a compreensão de fatos atuais como a invasão de países soberanos, pelo Imperialismo Norte-americano, e por outras nações hegemônicas, onde a vida passou a ser banalizada em detrimento dos interesses superiores do capitalismo. Outro elemento que aponta para a importância do trabalho foi a construção de um arcabouço histórico temporal que nos permitiu compreender a formação e o desenvolvimento do imperialismo e da hegemonia no capitalismo contemporâneo.

Neste que é o primeiro capítulo, foi realizado um breve anúncio da discussão realizada ao longo do trabalho, para melhor situar o leitor acerca da temática.

O segundo capítulo observou com base em Arrigh, Lênin, Hobson, Magdof e Bukharin, a compreensão do termo “imperialismo”. Destaca-se os sub-itens do capítulo que apresentam as idéias de Lênin (1902), nas quais os monopólios foram importantes para a

expansão do imperialismo e a visão de Hobson (1902) que priorizou o nacionalismo como uma etapa primordial na formação dos impérios.

O terceiro capítulo aborda a temática do sub-imperialismo, para tanto, foram utilizados os estudos de Marini (1985) onde focamos o caso brasileiro. Na seqüência abordamos a teoria de Pedrosa (1966), que explora a disputa hegemônica entre EUA e Alemanha em concomitância para o surgimento do sub-imperialismo.

O capítulo quarto, trata do tema “hegemonia”, e como Arrighi(1966) e Gramsci, sendo que para este último foram utilizados os estudos de Simionatto (2004), entenderam o termo. Buscamos nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Arrighi uma melhor compreensão do conceito de hegemonia, priorizando as fases material e financeira da Hegemonia Norte-americana.

No quinto e último capítulo partindo de 1870 até a atualidade, fazendo uso dos referenciais teórico de Magdoff (1978) e Pedrosa (1966) contextualizamos a dinâmica do Imperialismo Norte-americano.

Nas considerações finais tecemos a relação entre os conceitos apontados e as divergências e convergência entre autores sobre os temas.

CAPÍTULO II

2 IMPERIALISMO

Neste capítulo vamos expor as diferentes definições e aplicações do termo “imperialismo”, por autores como Arrigh, Lênin, Hobson, Magdof e Bukharin. A discussão teórica baseou-se principalmente na pesquisa desses autores quanto ao significado e uso do termo. Os subitens do capítulo expõem a questão nacionalista do imperialismo na visão de Hobson (1902) que defende o surgimento do imperialismo como processo resultante da transformação do nacionalismo e a teoria de Bukharin (1988), onde alega-se que o imperialismo surgiu a partir da universalidade do capital financeiro.

Inicialmente, iremos explorar o entendimento de imperialismo por dois autores essenciais a condução deste trabalho. Estes autores escreveram suas obras no início do século passado em momentos difíceis de abordar a temática, são eles Vladimir Ilich Lênin e John A. Hobson.

2.1 Imperialismo – fase monopolista do capitalismo

A obra de Lênin foi terminada em 1917, num período em que a censura czarista impediu o autor de apresentar suas idéias com mais clareza aos leitores que as utilizariam nas discussões teóricas sobre o que é imperialismo. Poderia-se divagar que o imperialismo de Lênin foi escrito no passado, mas é mais do que presente, porque trata de um tema que em qualquer época do capitalismo será sempre atual.

Para explicar o imperialismo, Lênin apoiou-se nos estudos de Marx, quanto ao surgimento do monopólio como resultado da concentração da produção devido a livre concorrência.

No período de 1860 à 1890, a depressão industrial europeia marcou o surgimento dos “modernos” monopólios, que “durante o curto período de expansão, em 1889, se utilizou,

numa medida notável, do sistema dos cartéis² para explorar a conjuntura” (LÊNIN, 1985, p.21), nascendo neste período do capitalismo as empresas monopolistas. Na citação a seguir, o autor identifica quando foi o momento do nascimento do imperialismo no capitalismo: “(...) Durante a expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903; os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo”, (idem, p.22) portanto o imperialismo é uma fase do capitalismo.

O número de cartéis a partir de 1900 na Alemanha e EUA deram um salto extraordinário, que segundo o autor englobou um número de 12.000 empresas divididas em 385 cartéis. Nos EUA, em 1904, eram mais de 250 cartéis ou trustes³ que empregavam cerca de 70% do total dos operários do país.

Segundo Lênin (1985), o monopólio assegura grandes benefícios que resultam na formação de um complexo industrial de dimensões gigantescas, como o famoso truste do petróleo Norte-americano, o *Standart Oil Company*, fundado em 1900. O autor utilizou vários exemplos de monopólios que se formaram em atividades que permitiram lucros máximos, como a indústria petrolífera, do tabaco e do aço. Como exemplo da formação do monopólio na Alemanha tem-se a indústria química, que em 1908, num processo de concentração da produção, formou dois grupos oriundos das alianças entre dois pares de indústrias, tendo cada uma o capital de 20 milhões de marcos. O autor cita a união que ocorreu entre as fábricas Meister, em Höchst e Cassela em Frankfurt. Outro monopólio foi formado pela fábrica de anilina Ludwigshafen e a fábrica da Bayer de Elberfeld. Cada um desses grupos fechou acordos com outros grupos grandes, resultando em duas “alianças triplas”, que representavam um capital estimado em mais de 90 milhões de marcos. Estes monopólios da indústria química deram início a um entendimento sobre preços únicos, praticamente extinguindo a concorrência através dos preços. Na citação a seguir fica evidente o poder crescente dos trustes apoiados no desenvolvimento tecnológico com vistas à substituição da mão de obra humana pela mecânica:

A superioridade dos trustes sobre os seus concorrentes reside na grande dimensão das suas empresas e no seu notável equipamento técnico. O truste do tabaco, desde o dia da sua fundação consagrou todos os esforços no sentido de substituir em largas proporções, o trabalho manual pelo mecânico. Nesse sentido, comprou todas as patentes que tivessem qualquer relação com a preparação do tabaco tendo, para tal fim, despendido somas enormes, (...) foi com este mesmo fim que o truste fez construir as suas próprias fundições as suas fábricas de máquinas e as suas oficinas de reparações. (LENIN, 1985, p.23-24)

² Fixar ou praticar, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, preços e condições de venda de bens ou de prestação de serviços” (Lei nº 8.884, de 1994, artigo 21, inciso I).

³ Quando empresas que dominam o mercado se fundem para assegurar o controle estabelecendo preços elevados.

O monopólio resultante da livre concorrência⁴ diferiu das décadas anteriores, nas quais os proprietários das empresas comercializavam sem ao menos se conhecerem, pois produziam para mercados distantes e por vezes também desconhecidos. O sistema monopolista de produção e comercialização permitiu que se construísse um mapa mundial de todas as fontes de matérias-primas, energia e demanda dos mercados espalhados pelo mundo, os quais são “avaliados entre si por contrato” pré-estabelecidos. Os grandes monopólios privados se unem aos do Estado, “se interpenetram”, se tornam “elos da luta imperialista” em prol da divisão do mundo; se apoderaram dos meios de transporte e de comunicações e também da mão de obra especializada, por meio do volume de recursos que foram capazes de aumentar substancialmente os lucros do grupo de empresários associados numa única grande empresa.

Para Lênin (1985, p. 25) “o capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermediária entre a livre concorrência e a socialização integral”. Os empresários que resistem a esta nova ordem social, onde a produção e seus meios passam a ser propriedade de um número menor de indivíduos, sofrem pressões quanto à privação de matérias-primas, mão-de-obra, transportes, créditos; além dos mercados que se fecham para estes empresários, pois o monopólio administra os preços, reduzindo-os de forma a não obter lucros por um período capaz de provocar a falência desses empresários anti-monopolistas.

O papel dos bancos e financeiras foi importantíssimo para que o monopólio se desenvolvesse naquela fase do capitalismo. No período da livre concorrência, os bancos eram intermediários das transações comerciais; no momento em que o capital financeiro se uniu ao capital industrial, os bancos passaram a exercer também o seu monopólio; “uma vez mais, a última palavra do desenvolvimento dos bancos é o monopólio”(LÊNIN, 1985, p.40). A união dos grandes bancos com as grandes indústrias monopolistas ocorreu porque as instituições financeiras disponibilizaram todo o montante necessário ao investidor capitalista, e um número reduzido de instituições bancárias acabou por absorver a maior parte das contas de depósito das empresas monopolistas, afastando os bancos de menor capital disponível, o que

⁴É um processo de interação entre unidades econômicas voltadas para a apropriação de lucros e para a valorização dos ativos de capital. A obtenção de lucros não pressupõe nem conduz a algum equilíbrio, como, por exemplo, a igualação das taxas de retorno do capital; ao contrário, está relacionada a desequilíbrios oriundos do esforço de diferenciação e criação de vantagens competitivas pelas empresas, que se empenham por retê-las na forma de ganhos monopolísticos, ainda que temporários e restritos a segmentos específicos de mercado (BURLAMAQUI e FAGUNDES, 1993).

provocou uma dependência da grande indústria devido ao número menor de instituições bancárias em condições de oferecer crédito.

Para Lênin o século passado marcou a transição do antigo capitalismo em que o capital em geral dominava, para um novo capitalismo dominado pelos capitais financeiros de caráter universal. Nas palavras do autor: “o antigo capitalismo, da livre concorrência, com este regulador absoluto indispensável que era para ele a Bolsa, desaparece para sempre. Um novo capitalismo lhe sucede, comportando manifestos elementos de transição, uma espécie de mistura de livre concorrência e monopólio”. (LÊNIN, 1895, p.39). Na citação a seguir, fica evidente que o domínio do capital financeiro é o que fornece o suporte para o imperialismo, esta nova fase do capitalismo.

O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital, significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros. (LÊNIN, 1985, p.58).

A expansão financeira ultrapassou as fronteiras, pois os grandes bancos espalharam filiais por todos os países, criando uma rede internacional de dependências e relações do capital financeiro. Segundo Lênin, “O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios é a exportação de capitais”. (idem, p.60)

A acumulação de capitais em algumas nações ricas alcançou grandes proporções o que resultou num excedente de capitais nesses países. Tais países optaram por investir em nações atrasadas economicamente, exportando seus capitais, uma vez que vislumbraram de reproduzir o capital por meio de lucros maiores encontrando mão de obra, terra e matérias-primas com valores relativamente baixos. Nas palavras do autor fica evidente a questão da partilha do mundo em função da exportação dos capitais:

Antes de mais, os grupos de monopólios capitalistas-cartéis sindicatos, trustes, partilham o mercado interno entre si (...). Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, por todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as “zonas de influência” dos maiores grupos monopolistas, as coisas encaminhavam-se naturalmente para um acordo universal entre estes últimos, para a formação de cartéis internacionais. (LÊNIN, 1985, P. 66)

Para o autor, o capital financeiro detém um poder de tal relevância que transforma Estados que gozam de uma independência política em nações subordinadas, por vezes submissas e dependentes desses capitais monopolistas privados e estatais. Como consequência da passagem do capitalismo à fase monopolista do capitalismo financeiro, ocorreu à partilha do mundo entre as nações imperialistas, (França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Portugal e EUA), que no período de 1880 a 1900 passaram a dominar uma extensa área territorial e populacional.

Para Lênin, a diferença entre o imperialismo monopolista financeiro e o imperialismo Romano está nesta condição de domínio colonial, com o propósito de manter um poder sobre os recursos em matérias primas das “colônias”, que garantam o êxito do monopólio na luta acirrada pelo controle mundial eliminando os concorrentes. No Império romano os recursos em matérias-primas passavam ao controle do Estado Romano. No imperialismo do modo capitalista de produção, os mesmos recursos passam ao controle e exploração dos capitalistas, que detém o monopólio produtivo de determinados bens. A seguir, abordaremos esta fase particular do capitalismo, devido à importância que Lênin atribuiu ao monopólio para a constituição do novo imperialismo.

2.2 Imperialismo – fase particular do capitalismo

Lênin (1985) é enfático ao dizer que o imperialismo é resultado da substituição da livre concorrência por uma fase superior do capitalismo em que os monopólios passaram a dominar a produção e o comércio, ou seja, na transformação da livre concorrência no seu contrário, o monopólio, que não significa a eliminação da livre concorrência, pois para o autor o monopólio existe “acima e ao lado dela” da livre concorrência. “O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior”, e o autor ainda complementa: “Se tivéssemos que definir imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 1985, p. 87). Para o autor cinco aspectos são fundamentais na definição de imperialismo:

- 1) Concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira;
- 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;

- 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas (LENIN, 1985, p.88)

O autor cita Hobson com veemência, se apoiando nas suas idéias, utilizando suas definições e seus exemplos para concluir sua teoria. Ele critica o marxista Karl Kautsky que foi o teórico da chamada II internacional, dos anos compreendidos entre 1889 e 1914 e compara as definições deste autor com as de Hobson, concordando sempre com este último, como na seguinte citação:

Consideramos a obra do inglês Hobson, o imperialismo, aparecida em 1902: o novo imperialismo distingue-se do antigo, em primeiro lugar, porque substitui as tendências de um único império em expansão pela teoria e prática de impérios rivais cada um dos quais se orientando por idênticas aspirações no sentido da expansão política e do lucro comercial (...). (HOBSON, Apud, LENIN, 1985, p.91)

Mas Lênin complementa sua definição dando a entender que o imperialismo não se resume só numa base puramente econômica, existe a questão política, onde se identificam a violência e a reação pelas potências que anseiam a conquista de novos territórios. A conduta, na qual o imperialismo faz uso da força para dominar é o que Lênin definiu como uma busca pela conquista da Hegemonia. Para o autor seu entendimento nesta obra de hegemonia seria a questão do domínio territorial, a conquista de novas terras e a submissão de povos pelo poder das grandes potências que assim se tornariam hegemônicas. Para ele, o novo imperialismo difere do antigo porque neste coexistem vários impérios juntos, numa disputa por monopólios, trustes mundiais, sustentados pelo capital financeiro, considerando uma “época histórico-concreta, que se situa no início do séc. XX. (LÊNIN, 1985, p.95).

Não poderíamos deixar de fazer referência às diversas críticas de Lênin a Kautsky, principalmente quanto ao imperialismo ser um produto do capitalismo industrial em sua forma mais desenvolvida, “consistindo na tendência de toda nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam (Kautsky, Apud, Catani, 1981, p. 40). Para Lênin nesta definição de Kautsky, a questão política do imperialismo se reduz a tendência para as anexações das regiões agrárias, pelo capital industrial de modo unilateral apenas numa concepção do problema nacional. Como foi citado anteriormente, o sentido é mais amplo e conduz a violência e a reação com

base não no capital industrial, mas no capital financeiro, buscando conquistas não só de países agrários e atrasados, bem como o anseio a conquistar países desenvolvidos. Estando concluída praticamente a partilha do mundo, o caminho natural será a conquista de qualquer território, num anseio dos monopólios por uma nova partilha do território global.

Por fim, devem-se salientar os limites dos Estados Nacionais, com seus atritos e que se somam aos conflitos de classe. Amadurecendo ou até aflorando o socialismo, chegando o autor a dar o veredicto de o combate ao imperialismo e tudo que ele representa, ser uma frase oca e vazia se não for paralelamente ligado a luta contra o oportunismo existente no interior do movimento operário.

No próximo subitem abordaremos Hobson (1902), um idealista e inspirador dos pensamentos de Lênin, como uma luz que ajudou a descobrir os caminhos que o conduziram ao entendimento bastante claro sobre o que é imperialismo no capitalismo contemporâneo.

2.3 Hobson – Noções de Imperialismo

Quando uma nação se utiliza do nacionalismo para invadir e tomar parte ou todo de um território pertencente à outra nação, ocorre uma transição do nacionalismo para um tipo de colonialismo imperialista .

Para o autor, imperialismo e colonialismo se confundem quando uma nação habitada por uma população, oriunda da pátria mãe, mantém as mesmas funções políticas e de governo da sede. O moderno imperialismo apresenta a competição entre vários impérios diferentemente dos medievais, nos quais um único estado dominava todo o mundo conhecido até os confins de seus limites, como o império romano, um exemplo que se identificava com o internacionalismo.

Segundo o autor, o nacionalismo conduz ao internacionalismo e a sua perversão é o imperialismo, onde os estados forçam os limites naturais, com violência transformando a rivalidade dita saudável das nacionalidades em uma luta entre impérios que competem entre si. O nacionalismo do início do séc. XIX possuía um sentimento de solidariedade interna e de convívio entre nações que prestavam ajuda mútua. Em tais casos, a política imperialista de expansão industrial e territorial criou inimigos que lutam para conquistar mercados.

As nações desenvolveram alianças entre si, mesmo as que tinham antipatia histórica, elevando gastos com armamentos e com as demais estruturas bélicas.

Hobson (1902) enfatiza em sua obra, que os EUA, ao final do séc. XIX, romperam com o conservadorismo político e se lançaram numa carreira imperial pondo em risco princípios de igualdade e liberdade, ao utilizar a força militar para subjugar povos que até poderiam receber cidadania americana. Para ele a questão norte-americana foi além da simples ambição de uma jovem nação, teria sido sim, impulsionada pelo fator econômico ao qual já estava subordinado.

Os EUA protegeram suas indústrias e seu mercado por meio de tarifas aduaneiras, fato que levou à formação de trustes com capacidades produtivas maiores que os países industrializados mais avançados. As fusões de empresas elevaram a riqueza do país e proporcionaram uma poupança de grandes proporções, aliadas ao aumento do consumo de uma população “acostumada a um elevado nível de conforto”, que mesmo assim não conseguiu absorver toda a produção industrial do país:

Pero el índice real de ahorro, junto con un sentido más riguroso de la economía al invertir el capital existente, excedieron con mucho el aumento del consumo nacional de manufacturas. La capacidad de producción fue muy superior al índice real de consumo y, contradiciendo las viejas teorías económicas, no consiguió forzar un aumento proporcional del consumo bajando los precios. (HOBSON, 1902, P. 89)

Os EUA necessitavam de novos mercados para escoar sua produção, e para investir seu excedente de capital, pois os preços internos estavam caindo, e a mecanização da indústria tinha elevado em muito a produção. O problema foi encontrar espaço para suas manufaturas no exterior, pois os mercados europeus eram protecionistas e não iriam permitir que um jovem país com fome de leão e com uma capacidade produtiva e recursos naturais superiores entrasse em seus mercados. A alternativa foi buscar mercados em países do pacífico e na América – Latina.

A aspiração imperialista Norte-americana encontrou na relação política versus indústria uma sustentação, pois os magnatas da indústria e finanças eram os homens que tinham o poder político do país em suas mãos:

Esta súbita necesidad de mercados extranjeros para las manufacturas y las inversiones norteamericanas fue claramente la causa de que se adoptara el imperilismo como línea política y como práctica por el partido republicano, al que pertenecían los grandes jefes de la industria y las finanzas norteamericanas. (HOBSON, 1902, p.91)

A conquista de novos mercados pelos EUA triplicou em poucos anos o volume financeiro em exportações, superando em menos de uma década as exportações britânicas, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1: Comercio das exportações dos EUA, 1890-1900

ANO	AGRICULTURA (em milhões de libras)	MANUFATURAS (em milhões de libras)
1890	125.756	31.435
1892	142.508	30.479
1894	114.737	35.557
1896	132.992	50.738
1898	170.383	61.585
1900	180.931	88.281

Fonte: Adaptado de Hobson, 1902, p. 92

Segundo Hobson (1902), o fenômeno econômico que constitui a “chave do imperialismo” é o crescimento da produção num país, superior ao crescimento do consumo, e que leva os capitalistas à busca de novos mercados para suas inversões de capitais e mercadorias. Para o autor:

El imperialismo es el esfuerzo de los grandes magnates de la industria por ensanchar el canal de salida de sus excedentes de riqueza, para lo que buscan mercados e inversiones en el extranjero donde colocar los bienes y el capital que no pueden vender o utilizar em su propio país. (HOBSON, 1902, p.97).

Aliado a este esforço está o uso das forças militares que garantiram o sucesso dos poderosos e bem sucedidos industriais e financistas, na conquista de novos mercados privados dominados pela força, mesmo que isso implicasse no aumento dos gastos públicos; se bem que isto representou aumento dos impostos pagos por toda a população e não só pelos detentores do capital.

A seguir, em controvérsia com sua defesa ou até admiração do imperialismo Inglês que transformou os costumes e a economia da Índia, Hobson (1902) aborda este exemplo de domínio imperialista que não poderia deixar de ser descrito nesse trabalho, pois demonstra a voracidade com que os detentores do capital subjagam uma nação em prol dos seus interesses.

2.3.1 O domínio do imperialismo Inglês na Índia

Ao descrever numa linguagem histórica o imperialismo Inglês na Ásia, mais precisamente na Índia, Hobson (1902), demonstrou certa admiração pelo domínio Inglês, pois na sua visão, a Índia foi beneficiada ao receber uma carga de leis, costumes, religião, ciência, política e uma revolução industrial dentro dos padrões ocidentais, os quais ele achava ser o melhor para todos os povos, considerados por Hobson como “selvagens, atrasados”, e que “necesitan, por tanto, ayuda de las razas más adelantadas”. (HOBSON, 1902, p. 264)

Para Hobson, o imperialismo inglês beneficiou a Índia porque regulou e aliviou a carga de impostos naquele país, tendo contribuído para melhorar o ensino através da implantação de escolas, de um sistema de comunicação e transportes, melhorando a produtividade através de maquinaria moderna, além de introduzir na agricultura outros produtos, tais como o café, o chá, o tabaco. Na citação a seguir, a forma como Hobson escreveu demonstra esta admiração e o que representou o imperialismo inglês na Índia:

No cabe duda de que mucha parte de la labor que realiza Inglaterra en la India está bien hecha. Nunca ha habido de hombres tan inteligentes, tan bien preparados y tan honorables para la administración de un gobierno imperial como el que representa el funcionario de la India. En ninguna otra parte de nuestro imperio se ha aplicado, de manera tan desinteresada y prudente, tanta energía a la tarea del gobierno. Lo mismo podría decirse de la serie de grandes estadistas que Inglaterra ha enviado para dirigir la gobernación de la India. El mejor historial que puede mostrar el imperialismo británico es el de su labor en la India. (HOBSON, 1902, p. 266)

Por outro lado, o autor expõe a questão da economia através do artesanato indiano, que foi quase que extinto em prol do recrutamento de mão de obra barata para as indústrias inglesas que se instalaram no país, obedecendo aos “interesses do mercado mundial”.(idem, p.269). A revolução industrial imposta na Índia pela grande indústria manufatureira destruiu séculos de uma cultura valiosa, característica da manufatura artesanal indiana, aniquilada pelo protecionismo dos capitalistas chamados por Hobson de “conquistadores extranjeros” que buscaram primeiro o lucro imediato.

Outro dado relevante quanto às transformações do imperialismo na Índia, diz respeito à administração governamental, que possuía bases sólidas num sistema de aldeias auto-governadas, e que foi destruído pelo sistema de governo central imposto pelo imperialismo Inglês. Faço uso das palavras do autor ao afirmar que “ con nuestro sistema de

administración nativa hemos frustrado las oportunidades profesionales que podían haber tenido esos grupos sociales; hasta el sistema de gobierno que hemos impuesto contraría sus sentimientos y con frecuencia bloquea sus intereses”. (HOBSON, 1902, p. 275).

Finalizando a retórica do imperialismo inglês na Índia, conclui-se que Hobson ao mesmo tempo em que apoiava as inovações impostas pelo imperialismo Inglês na Índia, também concordava com certos parâmetros que foram prejudiciais à cultura milenar de uma Nação, que em poucas décadas perdeu parte de sua identidade ao sofrer uma invasão cultural ocidental, uma transformação no sistema político, além de modificações em sua economia, que assumiu padrões desconhecidos para aquele povo. Hobson definiu como atrasados para o modelo ocidental de vida existente ao final do Séc. XVIII e início do Séc. XIX.

As nuances de Hobson quanto aos bons frutos do imperialismo passam a ser questionadas pelo próprio autor ao final de sua obra. É sobre isso que falaremos a seguir.

2.3.2 O novo imperialismo

“Ya hemos visto a lo largo del presente trabajo que el imperialismo no busca favorecer los intereses del conjunto de la nación, sino los de determinados grupos sociales que imponen, para su lucro personal, dicha política al país”. (HOBSON, 1902, p. 321). Com estas palavras o autor finaliza sua obra, praticamente resumindo em poucas linhas o que para ele é o novo imperialismo, uma estrutura criada pelos detentores do capital para usarem o estado em função de seus interesses, mesmo que para alcançar seu êxito tenham que ferir os princípios de igualdade e liberdade.

O uso de recursos nacionais para o benefício privado por meio da máquina estatal, só foi possível porque o imperialismo não poderia existir sem estar acompanhado do militarismo, da oligarquia, da burocracia, do protecionismo, da concentração de capital e das flutuações do mercado. O uso das forças militares quando da anexação forçada de um território não beneficia a causa internacionalista, primeiro porque as nações utilizam todos seus recursos para se defender da ameaça impossibilitando uma relação amistosa e segundo porque a própria nação imperialista sofre devido ao excesso de corpulência.

O novo imperialismo transformou as relações econômicas entre as nações no comércio de mercadorias, acompanhado dos investimentos e financiamentos externos, que se apoiavam no estado imperialista ao fornecer garantias aos capitalistas fazendo uso das

influências para que ele, o Estado, pressionasse por meios políticos, ou com o uso da força, ou ainda, através de sanções econômicas que visavam o cumprimento da quitação de dívidas.

Nas palavras do autor, “Decir que los objetivos del país coinciden con los del imperialismo es una desvergüenza y una falsedad. La política expansionista de éste es contraria a los intereses de la nación” (idem, p. 326), pois a desigualdade de renda e a má distribuição são para o autor a principal herança econômica deixada pelo imperialismo. O imperialismo é uma alternativa perversa para um país, pois antes de tudo visa os interesses de uma minoria que busca o quantitativo e o domínio com o uso da força. Cria-se uma oposição ao desenvolvimento natural de uma nação que se soma a um tipo de colonialismo, estes juntos são para Hobson a essência do imperialismo que “es el vicio dominante de todos los Estados prósperos; su castigo resulta inevitable dentro del orden de la naturaleza”. (Idem, p. 331).

Arrighi em sua obra “a Geometria do Imperialismo” fez uso dos conhecimentos sobre imperialismo de Hobson e de Lênin, formulando suas teorias, as quais passaremos a abordar.

2.4 Imperialismo – empregos do termo

A busca de uma definição para imperialismo levou Arrighi (1978) a estudar alguns dos empregos do termo por autores como Lênin e Hobson, sendo que neste último Arrighi encontrou uma base maior para fundamentar sua teoria. Ele descreveu o Imperialismo como um novo tipo de império, um pouco diferente daqueles que existiram na idade antiga e média.

O termo imperialismo é frequentemente utilizado para descrever todo o sistema capitalista e também as relações entre países avançados e atrasados.

Segundo Arrighi (1978), existe um erro de interpretação entre pensadores Marxistas e não-Marxistas, que resultou da tentativa de relacionar os escritos de Lênin com os escritos de Marx. O autor encontrou seu primeiro obstáculo ao tentar encontrar um sentido à seguinte definição de Lênin: “O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, apud, ARRIGHI, idem, p.10). A questão foi tentar descobrir se havia distinção entre o termo imperialismo e fase monopolista do capitalismo, ou seja, se o enunciado era falso ou verdadeiro.

Na citação de Lênin, Arrighi (1978), observou que o imperialismo existiu antes da última fase do capitalismo e antes mesmo do capitalismo. O exemplo utilizado por ele foi o

Estado Romano, que exerceu ao mesmo tempo uma política colonial e um imperialismo. O que pareceu para ele é que para Lênin o imperialismo não era o mesmo que capitalismo ou uma de suas fases, pois o crescimento do capitalismo foi maior nos países de ultramar e nas colônias, onde surgiram novas potências Imperialistas.

As lutas entre os novos imperialismos cresceram da mesma forma como cresceram os capitais financeiros, através dos tributos sobre as empresas coloniais. A pergunta de Lênin era: “qual outra forma além da guerra para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação de capital de um lado e a divisão das colônias e da influência do capital financeiro do outro” (LÊNIN, Apud, ARRIGHI, 1966, p. 11).

Segundo Arrighi (1978), para Lênin a terminologia “imperialismo” teria um significado direto com o problema da tendência à guerra entre países capitalistas rivais conforme ele descreveu na seguinte citação:

(...)El imperialismo o la tendencia a la guerra entre países capitalistas, es una consecuencia necesaria de la transformación del capitalismo en capital monopolista o financiero, (...) que representaban la fase última o suprema del capitalismo (idem, p. 15).

Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo resultaria num único truste mundial, de onde todas as empresas e estados se derivariam. Em consequência, os conflitos econômicos e políticos antes da ocorrência de tal truste ultraimperialista dos capitais financeiros seriam inevitáveis “ Y el capitalismo se convierta en su contrario” (LÊNIN, apud, ARRIGHI, 1978, p. 16). Segundo Lênin a conversão do capitalismo em seu contrário é a substituição da livre concorrência pelo poder dos monopólios.

Segundo Catani (1981), “o Imperialismo para Lênin é pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista”. Isto já determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.

As três décadas seguintes ao fim da 2ª GM (1946) mostraram que Lênin acertou quanto à unificação do mercado mundial, sendo típico, mas não exclusivo do capitalismo. No entanto, para Arrighi (1978), ele se equivocou quanto à transformação do capitalismo em seu contrário, não ocorrendo com o melhor dos exemplos, a União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas, que adotaram o comunismo, supostamente contrário ao modo capitalista de produção da livre concorrência, mas assemelharam-se cada vez mais a um novo império quase idêntico ao capitalista, como ele descreveu:

En concomitancia con la inversión de las tendencias que habían caracterizado al mundo capitalista de los treinta años anteriores, la Unión Soviética dejó de presentarse como el embrión de un nuevo mundo, para asemejarse cada vez más al centro de un nuevo imperio, aunque no en la acepción que el termino había adquirido en el ínterin dentro de la teoría marxista sino en la acepción también legítima de “orden jerárquico de los estados (idem, p. 17).

Segundo Arrighi, o imperialismo não havia sido a etapa monopolista do capitalismo. É importante lembrar que a competição entre os estados no nível político-militar não ocorreu, pois as preocupações se voltaram para o interior das próprias nações.

Na avaliação do postulado “imperialismo, etapa monopolista do capitalismo”, Arrighi (1978), concluiu como sendo a unificação de três expressões ideológicas que são: “la de los pueblos oprimidos (a la que se refiere la que significa imperialismo), la de la clase trabajadora (a la que se refiere la que significa capitalismo) y la de la pequeña burguesía campesina y artesana (a la que se refiere la que significa monopolista y/o financiero)” (idem, p. 23).

No entanto, a partir do estudo da aplicação do termo por Hobson, Arrighi (1978) encontrou uma definição que na sua concepção melhor descreveria o imperialismo, sendo o que iremos estudar a seguir.

2.4.1 A visão nacionalista de imperialismo

Segundo Arrighi (1978), Hobson entendeu o imperialismo como sendo a transformação do nacionalismo que havia dominado o mundo desde o final do século XVIII se estendendo durante o século XX, tendo como tendência dominante a expansão dos estados nacionais além de suas fronteiras. O nacionalismo assumiu formas de agregação e desagregação na relação com entidades políticas territoriais, manifestando a tendência de “desbordar límites naturales” (idem, p.44), originando fenômenos expansionistas denominados de Imperialismo.

Para Arrighi (1978), Hobson propôs diferenciar os fenômenos expansionistas de sua época com o colonialismo de épocas anteriores, que para ele significaram a transferência parcial de uma nação⁵ a territórios com menores densidades demográficas.

O colonialismo para Hobson, segundo Arrighi, significava a expansão de uma nação gerando novas nações com características da pátria mãe em outros territórios, que em um determinado momento iriam se desprender da nação sede e desenvolver outra nacionalidade, ou seja, “a expansão efetiva de uma nacionalidade” (idem, p. 45). Na realidade, o que estava ocorrendo era uma expansão do poder político do Estado, não era a nação que expandia, mas sim a expansão do estado.

O Novo Colonialismo que se apresentou ao final do século XIX, caracterizado por um domínio político autocrático, também recebeu a denominação de imperialismo por Hobson, mas se diferenciava do colonialismo tradicional pela característica antagônica, que nada mais era que a transformação da força interna de coesão e de paz – qualidade particular do colonialismo - em uma força exclusivista e hostil que perverteu o verdadeiro poder e uso da nacionalidade, para uma ação de conquista armada.

No final do século XIX, uma política imperialista transmitia a idéia de um internacionalismo⁶ hierárquico. Para Arrighi, havia uma diferença entre o imperialismo medieval⁷ ou internacionalismo hierárquico e o imperialismo nacionalista, que teve início nas últimas décadas do século XIX. O nacionalista não gerava hostilidades entre as nações, pois estas poderiam até se ajudar mutuamente, enquanto os impérios se apresentavam como novas potências com pretensões de expansão territorial e industrial, colocando em risco a paz mundial. O problema estava nas ditas “reações autônomas homogêneas⁸ e políticas”:

La lucha por apoderarse de Africa y de Asia cambió la política de todas las naciones europeas, forzó o surgimiento de alianzas contrarias a todas las líneas naturales de simpatía y de asociación, obligó a cada una de las naciones del continente a consumir una parte cada vez mayor de sus recursos materiales y humanos en armamentos navales y militares y llevó a los Estados Unidos, nueva gran potencia, a salir de su aislamiento para participar plenamente en la competencia internacional (...) convertiera en un agente permanente de amenaza y perturbación de la paz y del progreso de la humanidad (HOBSON, apud, ARRIGHI, idem, p. 48)

⁵ O conceito de Nação no sentido de expansão territorial de sua raça, língua e instituições.

⁶ Uma ordem informal entre nações livres e independentes, capazes de reconhecer a harmonia dos próprios interesses no intercâmbio pacífico dos bens e das idéias (idem, p.48)

⁷ Arrighi atribui a imperialismo medieval o que para ele existiu no mundo antigo (ARRIGHI, 1978, p.47)

⁸ O intercâmbio pacífico de pessoas, bens e idéias.

O internacionalismo de Hobson, com característica pacifista, impessoal e igualitária e que obedecia a uma ordem hierárquica entre as nações; Arrighi achou melhor denominá-lo de “império informal”. O imperialismo se distinguia do império informal por apresentar uma competição nas relações políticas por meio da anexação territorial e pela corrida armamentista; por outro lado, a competição no império informal se dava entre indivíduos de nacionalidades diferentes, através da divisão internacional do trabalho, que Arrighi (1978) definiu como “uma interdependência econômica das nações” (idem p.49)

O imperialismo informal para Hobson era o mesmo que internacionalismo e por isso ele se deteve em explicar os significados dos fenômenos migratórios. A imigração no colonialismo era necessária para a expansão de uma cultura nacional à medida que excluía a cultura dos países que serviam como hospedeiros dos imigrantes.

Segundo Arrighi (1978), Hobson admitia que o Império Informal era igual ao Imperialismo e a diferença com o colonialismo estava na forma estável de expansão das nacionalidades, que possuíam homogeneidade nas relações. O colonialismo e o império informal designavam respectivamente o imperialismo em função da expansão do estado e não da nação. Estas diferentes definições Arrighi melhor explicou por meio de representação gráfica, é o que faremos a seguir.

2.4.2 Fenômenos expansionistas do imperialismo

Em virtude dos diversos termos utilizados por Hobson para explicar os fenômenos expansionistas, Arrighi preferiu utilizar um método representativo para esclarecer estes fenômenos. Ele utilizou o segmento SN-S+, como representação de imperialismo; SN-N+; para representar colonialismo; SN-N-, para império informal e SN-S- para império formal. A oposição do império formal ao imperialismo “assinala a anarquia nas relações entre estados com tendências a uma guerra universal” (ARRIGHI, 1978, p.53).

A contraposição entre colonialismo e império informal representava o antagonismo de expansão da nacionalidade. O “S” precedido do sinal + ou – significava o império formal ou o imperialismo e o “N” com os referidos sinais significavam o colonialismo e o império informal. O sinal “+” expressava a expansão do estado e o “-” a expansão da nação. Hobson definia imperialismo contrapondo imagens de fenômenos expansionistas, expressando no

mesmo momento a estabilidade dos fenômenos num tempo histórico dominado pelo nacionalismo.

Arrighi (1978) entendeu que para Hobson o nacionalismo só poderia expandir-se na direção do imperialismo ou do império informal, que eram formas expansionistas consideradas estáveis. Quanto à estabilidade dos fenômenos expansionistas, Arrighi achou melhor mostrá-los em segmentos cuja representação por setas (Figura 1) designava o sentido atribuído por Hobson ao termo imperialismo.

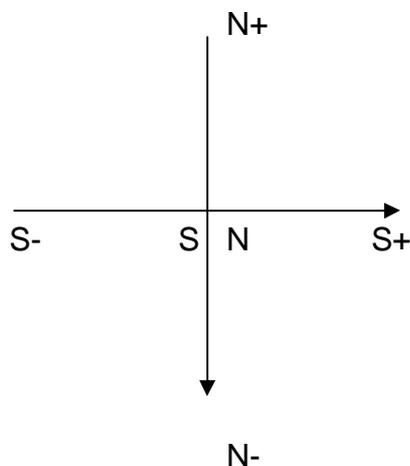
O sentido $N+ \rightarrow SN$, representava as tendências nacionalistas que se desenvolveram no colonialismo. Por outro lado, o sentido $S- \rightarrow SN$, representava as tendências nacionalistas dos antigos impérios como o Habsburgo.

As setas $SN \rightarrow N-$ e $SN \rightarrow S+$, demonstravam que o nacionalismo não se limitava a apagar os vestígios coloniais, mas tendia a se transformar num imperialismo ou em um internacionalismo, dependendo da compreensão do sentido do termo por Hobson. As colônias demonstravam uma convergência ao internacionalismo, como os EUA, que tendiam ao intercâmbio pacífico de bens e idéias com outras nações.

Para Arrighi (1978), os fenômenos nacionalistas que ocorreram entre o final do século XVIII e o XIX, formaram impérios informais e imperialismos:

En una primera fase, designada por la convergencia en SN de $N+ \rightarrow SN$ y de $S- \rightarrow SN$, el nacionalismo reestructura el mundo en estados-nación; en una segunda fase, designada por la divergencia de $SN \rightarrow N-$ e $SN \rightarrow S+$, la consolidación del nacionalismo a escala mundial establece la alternativa entre internacionalismo (imperio informal) e imperialismo (idem, p. 56)

Figura 1: Estabilidade dos fenômenos expansionistas



Segundo Arrighi (idem p. 61), para Gallagher Y Robinson, o conceito de imperialismo estava intimamente ligado ao de hegemonia, e aquele pode adaptar-se, podendo assumir características: colonial, formal, informal e militarista, correspondendo à necessidade que uma potência possuía de fortalecer sua hegemonia mundial.

Com base nos estudos realizados, Arrighi discordou no principal item da obra de Lênin pois quando ele observou que o imperialismo existiu antes mesmo do capitalismo, aquele não poderia ser uma das fases do capitalismo.

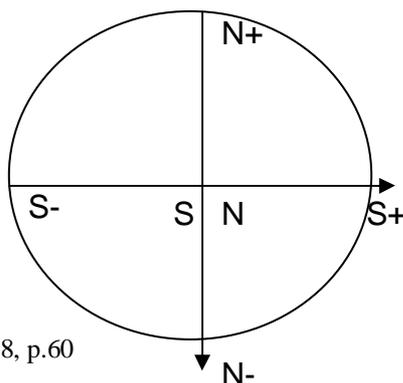
Enfim, a distinção de imperialismo e império informal de Arrighi foi interessante pois ele se apropriou dos conceitos de Hobson e os dividiu teorizando outras quatro definições, demonstrando que ele apoiou-se mais nos conceitos de Hobson do que os definidos por Lênin.

2.5 Arrighi e o imperialismo Inglês

Arrighi encontrou uma limitação na definição esquematizada na Figura 1 do subitem anterior, que era a incapacidade de fixar a imagem de imperialismo como realmente descrevia o pensamento de Hobson. O maior exemplo era a Inglaterra que mesmo como potência não havia abandonado a política de livre comércio até o final da 1ª GM. Desta forma demonstrava uma continuidade em sua expansão, exercendo ao mesmo tempo o imperialismo e o internacionalismo. Imperialista na Índia, colonial no Canadá e Austrália, informal na China e híbrido na África Austral.

Arrighi uniu os quatro pontos da figura 1, por meio de uma circunferência representada pela figura 2, para demonstrar esta concepção de coexistência e continuidade da expansão política exterior inglesa do Séc. XIX, segundo as diferentes terminologias utilizadas por Hobson para imperialismo. O autor identificou no conceito de imperialismo a figura de uma hegemonia.

Figura 2: Estabilidade dos fenômenos expansionistas do Imperialismo Inglês



Fonte: Arrighi, 1978, p.60

A Inglaterra fortalecia o imperialismo à custa das colônias, principalmente em suas relações com os demais países europeus, o que instigava a instabilidade nos povos submetidos à coroa num mundo dominado pelo nacionalismo. Crescia o perigo de uma guerra nos territórios onde os impérios dominavam:

El hecho de que no estemos solos en esta política ignominiosa, no mejora la situación, sino que más bien la empeora; crea terribles visiones proféticas sobre un futuro no lejano en el que los horrores de nuestra lucha sostenida durante todo el siglo XVIII contra Francia, pueden vivirse nuevamente a escala gigantesca em América del Norte y en la India, y pueden crear en África y na Asia enormes campos de batalla para las luchas de los ejércitos negros y amarillos que representan las rivalidades imperialistas de la cristiandad. Las actuales tendencias del imperialismo apuntan directamente en esta dirección y van acompañadas, junto con la retirada de los estados occidentales, de su degradación y de una posible débacle de la civilización occidental (HOBSON, apud, ARRIGHI, 1978, p. 64).

A competição entre as potências priorizou os gastos militares financiados pelo poder público e paralelamente alimentou a indústria nacional, forçando uma busca da auto-suficiência econômica por estes impérios. Na realidade, o que ocorreu foi um desacordo entre a política de livre comércio de bens e idéias defendido principalmente pela Inglaterra e a luta pela hegemonia desencadeada pela competição político-militar.

A busca pelo poder imperial mundial levou a Inglaterra a provocar no sistema internacional um período de anarquia e guerra em escala internacional:

Com excepción de un par de experimentos en la Índia, en todas partes se confirma la tendencia a un control imperial más estricto y más drástico de los territorios anexados, transformando así los protectorados, los países controlados por las compañías coloniales y los países pertenecientes a la esfera de influjo británica en estados dependientes del control directo de la corona (HOBSON, apud, ARRIGHI, 1978, p. 62).

Ao compreender o problema da conservação da hegemonia inglesa, Arrighi encontrou uma limitação na representação da figura 2, pois não demonstrava “a luta do estado inglês pela conquista e conservação da própria hegemonia sobre o mundo” (idem, p. 66).

As guerras travadas entre Inglaterra e os demais impérios ocorreram desde o Séc. XVII. A partir da vitória sobre a hegemonia holandesa, a Inglaterra também submeteu ao seu poderio militar os impérios Português, Francês e Espanhol. Segundo Arrighi, a expansão

territorial e a necessidade de assegurar a hegemonia do império britânico só foram possíveis graças à contribuição dos colonos americanos assentados nas diversas colônias inglesas, principalmente nos EUA. O autor concluiu que não havia como alcançar uma posição hegemônica através de um expansionismo do tipo colonial, a não ser desenvolvendo um expansionismo imperialista no mesmo momento.

Estes conflitos ocorridos entre as hegemônias foram como um estopim para dar início aos sentimentos nacionalistas das colônias. Arrighi utilizou o nascimento do nacionalismo colonial, como um marco para o fim da primeira fase do imperialismo inglês, que ele denominou de “imperialismo nacionalista” (idem, p.71).

A segunda fase do imperialismo inglês foi marcada pelo modo brando no tratamento do império em relação às colônias. O que caracterizou esta fase foi a substituição do método colonialista informal para o imperialismo formal.

Os fatos novos foram às guerras napoleônicas que contrariaram o sentido de ordem e paz, características principais do império formal. Segundo Arrighi (1978) as batalhas napoleônicas expressavam o propósito francês de opor o império marítimo inglês por meio de um império territorial francês.

O imperialismo informal inglês assumiu entre os anos de 1815 a 1823, uma postura de não intervenção nas colônias que buscavam sua independência. Motivados pela possibilidade de abertura de novas rotas comerciais para este novo e crescente mercado consumidor, a Inglaterra apoiou a independência de muitas colônias na América que abriram seus portos aos produtos ingleses:

Los puertos ingleses se abrieron a los productos de todo el mundo. En apariencia, no menos de un tercio de las exportaciones del resto del mundo se dirigían al Reino Unido en la década de 1850 y 1860. (...) El más amplio intercambio comercial se sostuvo con los EUA, con casi un cuarto de todas las importaciones y exportaciones (BARRATT BROW, apud, ARRIGHI, idem, p.77).

Somente houve ações de guerra, “quando os tratados de livre comércio não foram suficientes para incorporar na periferia o império informal, como foi o caso da guerra do ópio em 1840” (idem, p. 76), contra a China.

O Imperialismo inglês nesta segunda fase manteve o expansionismo entre os anos de 1840 a 1870, anexando territórios como Nova Zelândia, Austrália e África do Sul. Por outro lado foi reduzindo o controle político que existia sobre as colônias.

A partir do final do Sec. XIX, a Inglaterra começou a sofrer um desgaste com a escalada rumo ao imperialismo de sua ex-colônia, os EUA, que desenvolvera uma capacidade industrial que ocasionou uma superprodução e a transferência do capital produtivo para o capital financeiro. É sobre este assunto que discutiremos no tópico seguinte.

2.6 Bukharin e o imperialismo como resultado da Política do capital financeiro

As mudanças que ocorreram nas condições de reprodução mundial do capital causaram crises e conflitos na sociedade moderna, no desenvolvimento da sociedade capitalista, que segundo Bukharin (1988) só poderiam ser resolvidas por um único meio: a guerra. O que o autor defende é que nem toda luta armada ou expansão territorial é necessária para que exista uma política imperialista. Para ele, existem três objetivos essenciais da política imperialista dos Estados capitalistas, como resultado da ambigüidade entre o desenvolvimento das forças de produção e a incapacidade dos estados organizarem sua produção, que são: “a) o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias, b) dos mercados de matérias-primas e c) das esferas de investimento de capital”, (1988, p. 95) que transformaram o capitalismo produtivo em capitalismo financeiro.

Segundo Bukharin (1988, p.96), a superprodução industrial dos países desenvolvidos encontrou uma demanda que impediu a troca ou o comércio desses produtos por aqueles oriundos da agricultura. Nas palavras do autor, “uma superprodução de produtos industriais é uma subprodução de produtos agrícolas” (Bukharin, 1988, p.96). A falta de equilíbrio entre a produção industrial e a produção agrícola fez com que a indústria buscasse um complemento econômico agrário, o que provocou na essência de elementos monopolizadores do capital financeiro uma “subordinação dos países agrários por meio da força militar”. A divisão internacional do trabalho fez dos modos nacionais de produção privada parte integrante da universalidade do trabalho, que dominou todo o mundo. Na citação a seguir o autor demonstra claramente esta idéia:

A exploração dos países economicamente atrasados, pelos capitalistas de um país qualquer, tem nessas condições dois tipos de consequência: diretamente, a criação, para o capital, de novas esferas de investimento num país colonial, e, ao mesmo tempo, um escoamento maior de mercadorias para a indústria do país dominante. Indiretamente, novas áreas de investimento de capital no interior do país dominante e ampliação do mercado para os produtos da totalidade dos ramos de sua indústria. (BUKHARIN, 1988, p.96).

Segundo Bukharin (1988), o aumento de investimento do capital surgiu porque cartéis nacionais passaram a dominar regiões agrárias e mercados de matérias-primas, como resultado da expansão do território econômico. O lucro dos monopolistas cresceu, pois políticas aduaneiras foram adotadas para impedir a concorrência estrangeira, obtendo assim uma possibilidade de lucro maior. Essa política do capital financeiro, que é um método bem definido do capitalismo e que em certa medida implica o uso da violência, pois a ampliação do território nacional na atualidade só é obtida através da guerra, é o que o autor denominou de imperialismo. A política de capital financeiro subordina o mundo ao domínio do capital em substituição as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de investimento e lucro, próprias do capital financeiro.

A oligarquia financeira é o resultado do processo de luta existente entre as forças produtivas do capitalismo mundial. Os bancos espalhados pelo planeta dominam a vida econômica e produtiva, transformando os estados em intérpretes fiéis de seus interesses. Segundo o autor as economias nacionais se transformaram numa espécie de truste de Estado, um Estado com uma força militar, último argumento dos interesses de grupos nacionais do capital na luta entre potências pelo mercado mundial, uma força imensa que busca governar o mundo num “império universal”, como resultado da,

Superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas; da política de exportação dos cartéis e do estreitamento dos mercados, em consequência da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; da crescente desproporção entre a indústria, com seu extraordinário desenvolvimento, e com uma agricultura retardatária; e do alcance imenso da exportação de capital e da dependência econômica de países inteiros para consórcios bancários nacionais. (BUKHARIN, 1988, p. 99).

Para o autor, o processo material do desenvolvimento econômico opera mediante uma luta entre trustes capitalistas nacionais e demais organizações econômicas⁹ que poderão resultar num truste capitalista universal. Tentar impedir o avanço dos grandes trustes capitalistas sobre as economias nacionais seria praticamente impossível, pois “O imperialismo não é só um sistema intimamente ligado ao capitalismo moderno: é seu elemento essencial”. (BUKHARIN, 1988, p.133).

⁹ Bukharin, 1988, entende como organismos econômicos aqueles altamente desenvolvidos que possuem certa amplitude e certa intensidade de relações internacionais, dentro de uma economia mundial desenvolvida, com certos nível de forças produtivas e de formas organizadas de vida econômica.

Diante do exposto, podemos ressaltar que para Bukharin o imperialismo resulta da formação do capital financeiro em resposta à concorrência entre os monopólios que detêm a produção mundial. Há de se concluir que Bukharin concorda e até certo ponto apropria-se da idéia de Lênin quanto aos monopólios serem o subsídio necessário a formação de impérios.

No próximo capítulo vamos estudar a forma que o imperialismo encontrou para escoar os excessos de produção, permitindo que alguns países como o Brasil fizessem parte do sistema capitalista mundial ocupando uma posição sub-imperialista na hierarquia mundial.

CAPÍTULO III

3 SUB-IMPERIALISMO BRASILEIRO

Este capítulo trata de um tema pouco explorado pelos autores de economia política; a real existência de sub-imperialismos principalmente no que se refere à condição da nação brasileira. Marini aborda o assunto e além de admitir a existência de um sub-imperialismo brasileiro, diz que ele foi resultado da nova divisão internacional do trabalho provocada pela superprodução Norte-americana, como foi discutido no último sub-item do capítulo 2. Pode se fazer uma correlação do grau hierárquico no imperialismo com as concepções de hierarquia entre estados no sistema mundo apresentadas por Arrighi e que serão estudadas no capítulo 5.

Na concepção de Pedrosa, houve no século XX uma disputa entre duas nações desenvolvidas, USA e Alemanha, pelo domínio comercial com os países latinos, principalmente com o Brasil, o que motivou as alianças econômicas, políticas e militares entre USA e Brasil.

3.1 Sub-imperialismo – como resultado da nova divisão internacional do trabalho

Segundo Marini (1985, p. 58), a análise do sub-imperialismo brasileiro só pode ser realizada à luz das transformações sofridas pela economia americana a partir de 1946, tanto internamente como nas relações com os países subdesenvolvidos.

O processo de integração da economia mundial foi acompanhado pelo incremento acelerado do setor de bens de capital, e do setor bélico. O Estado passou a ser o principal agente de produção e consumo da economia no que se refere a indústria de equipamentos de guerra.

El aumento del excedente invertible de que éstos disponen, por mucho que sea malgastado en actividades no productivas, como la industria bélica y la publicidad, acarrea un incremento constante de las inversiones directas en las economías periféricas, a través de las cuales se realiza progresivamente la integración del sistema productivo de éstas al sistema del centro integrador (idem, p.9).

A nova divisão internacional do trabalho, que surgiu na década de 60, do Séc. XX intensificou a dependência dos países em desenvolvimento ao capital financeiro e ao monopólio do capital imperialista, através da apropriação da mais-valia desses países, e ocorreu quando indústrias de capital estrangeiro se instalaram nos países sub-desenvolvidos, utilizando a força de trabalho com valor inferior e que realiza a parte mais difícil ou mais pesada do processo de produção, maximizando o lucro do capitalista pertencente ao Estado imperialista.

A partir de 1964, o Brasil permitiu a entrada de equipamentos pesados importados dos países centrais, que pelo contínuo avanço da tecnologia tornaram-se obsoletos naqueles países, mas poderiam satisfazer a burguesia industrial brasileira pela substituição da mão de obra por uma indústria cada vez mais mecanizada. Segundo Marini (1985, p. 64), em 1960, o crescimento populacional foi em torno de 6% ao ano, a produção manufatureira cresceu 9% e o emprego na atividade industrial foi menor que 3%, ou seja, houve grande aumento da produtividade em função da utilização de bens de capital.

O Brasil, assim como alguns países subdesenvolvidos foram introduzidos na produção industrial de forma hierárquica, onde países menos desenvolvidos participavam com as etapas inferiores do processo produtivo e países com desenvolvimento intermediário como o caso brasileiro, com etapas médias, inclusive produzindo alguns bens finais. Essa hierarquia obedecia ao controle tecnológico do centro, pois este último detinha o conhecimento na produção de equipamentos de informática, máquinas industriais e na exploração de energia nuclear. Toda esta dinâmica passou a ser denominada de nova divisão internacional do trabalho. Essa característica de níveis e etapas de produção em países centrais, intermediários e aqueles que não tinham condições de desenvolvimento e por essa razão participavam do ciclo como consumidores, levou Marini (1985) a identificar nos países intermediários do processo, uma dinâmica sub-imperialista sob o ponto de vista econômico, pela condição industrial exportadora ao mesmo tempo dependente do capital e da tecnologia imperial.

Esta dependência a que Marini se refere em termos mundiais existe porque os países apresentam níveis diferentes de desenvolvimento industrial, pelo fato de países avançados exportarem para eles bens intermediários e de capital, intensificando a produção em etapas inferiores do sistema produtivo naqueles países dependentes e obtendo para si as etapas superiores, bem como o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de mecanismos de controle financeiro e tecnológico. O resultado é uma maior circulação do capital a nível mundial, se acentuando a concentração e a centralização da acumulação capitalista em benefício dos países avançados e também em escala menor às nações intermediárias.

No sub-imperialismo existem pontos intermediários na composição orgânica do capital a nível mundial, como por exemplo a ascensão de uma economia dependente para as fases de monopólio e de capital financeiro.

Do ponto de vista econômico Marini (1985, p. XIX), definiu sub-imperialismo:

- “a partir de la reestructuración del sistema capitalista mundial que se deriva de la nueva división internacional del trabajo, y
- a partir de las leyes propias de la economía dependiente, esencialmente: la superexplotación del trabajo, el divorcio entre las fases del ciclo del capital, la monopolización extremada en favor de la industria suntuaria, la integración del capital nacional al capital extranjero o, lo que es lo mismo, la integración de los sistemas de producción (y no simplemente la internacionalización del mercado interno, como dicen algunos autores)”

O desenvolvimento da economia brasileira, a partir de 1960, se fez com base em uma produção industrial voltada para a produção de mercadorias, principalmente daquelas demandadas pelas classes mais altas e médias da população brasileira, como por exemplo à instalação da indústria automobilística formada pelo capital externo. O país passou a depender mais economicamente do capital financeiro e da produção industrial das grandes corporações multinacionais que se instalaram no Brasil.

Segundo Marini (1985), esta dependência econômica permitiu que as formas de superexploração do trabalho excluíssem do consumo as classes inferiores da população e também do emprego produtivo criado pela acumulação do capital. O crescimento populacional em mais de 17 milhões de pessoas entre os anos de 1960 e 70 criou um exército industrial de reserva e o desemprego impediu que parte da população tivesse acesso aos produtos industrializados. Este fato levou a indústria brasileira a priorizar a produção de bens e produtos destinados ao mercado externo.

Na citação abaixo o autor critica pensadores que não aceitavam a exportação de mercadorias como característica principal da nação imperialista. Segundo ele, tais críticos achavam que o imperialismo apresentava as seguintes características básicas: controle de fontes de matérias-primas, exportação de capitais e divisão do mundo entre áreas de domínio econômico e político pelos estados imperialistas.

Afirmar que la exportación de productos manufacturados no basta para caracterizar al imperialismo es, desde luego, una perogrullada. Para demostrarla, nuestros críticos no necesitarían siquiera recurrir al ejemplo de las economías industriales clásicas, en su fase preimperialista: les bastaría indicar que uno de los factores que ha actuado en favor de la industrialización latinoamericana, en su primera etapa, fue justamente la exportación de manufacturas (idem, p.XIII)

O autor ainda complementa que um dos traços básicos do imperialismo é a busca por novos mercados, como ocorreu com o crescimento das exportações brasileiras, que entre os anos de 1964 e 70 passaram de 1.500 milhões de dólares para mais de 6.000 milhões de dólares. A tabela 2 demonstra dois exemplos da evolução das exportações brasileiras:

Tabela 2: Crescimento das exportações brasileiras

Continentes	AMÉRICA DO SUL	ÁFRICA
ANO	(em milhões de dólares)	(em milhões de dólares)
1968	182	39
1970	284	60

Fonte: Adaptado de Marini, 1985, p. XIII

Por outro lado, Marini (1985) demonstrou que as características que os outros autores aceitavam como básicas na formação de um imperialismo, também estavam presentes na conjuntura econômica brasileira. A busca pelos mercados latinos conduziu o Brasil a uma política de interesse pelo controle das fontes de matérias-primas e energia desses países. Através da Petrobrás convertida em Brazilian Petroleum, o país ingressou no cartel internacional de petróleo e dominou a exploração do ferro e gás Boliviano, parte do petróleo do Equador e das ex-colônias portuguesas na África, além do controle hidroelétrico sobre o potencial paraguaio com a construção de Itaipu. Estes fatos comprovaram o propósito brasileiro de obter dentro da divisão do comércio mundial, regiões de influência com vistas a impor sua hegemonia principalmente na América do Sul. Com relação à exportação de capital faço uso das palavras do autor:

La exportación de capitales brasileños principalmente a través del estado, pero también asociados a grupos financieros extranjeros, para explotar las riquezas de Paraguay, Bolivia y las colonias portuguesas de África, para dar algunos ejemplos, no se presenta como un caso particular de exportación de capital, planteado en el marco de lo que puede hacer un país dependiente como Brasil? (idem, p.XIV)

A intensificação da integração Brasil/EUA principalmente no Governo de Castelo Branco em 1964, expressou também a intenção brasileira em se tornar um centro de irradiação da expansão imperialista norte-americana, função esta que caracteriza o sub-imperialismo brasileiro. O país buscou desenvolver a indústria bélica e investiu nas premissas de um poder militar, apoiando as intervenções militares americanas em alguns países latinos e no Vietnã.

Segundo Marini (1985, p. XIX), somente seis países no mundo apresentavam em meados da década de 80 do século passado, um terço do PIB proveniente da produção industrial o que para ele representava uma industrialização dependente e um maior desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro em estreita conexão com o capital estrangeiro. Na América Latina eram o Brasil, Argentina e México, mas, o Brasil possuía naquele momento o que Marini (1985) chamou de “a más pura expresión del sub-imperialismo, en nuestros días” (idem, p. XX).

Pela forma como Marini caracterizou imperialismo e sub-imperialismo, utilizando como objeto de estudo o caso brasileiro e o que ele próprio chamou de a mais pura expressão sub-imperialista daquele momento histórico, poderíamos então definir uma nação sub-imperialista como sendo a que:

- faz parte da hierarquia do processo produtivo onde países centrais imperialistas demandam a estas nações fases da produção em condições tecnológicas controladas, desenvolvendo nelas uma indústria manufatureira exportadora mas dependente;
- que pela própria integração com o imperialismo, como por exemplo o norte-americano buscam o controle energético e de matérias-primas de países inferiores (aqueles que participam da hierarquia como meras nações consumidoras); e que
- desenvolvem um poder militar capaz de colaborar com a expansão imperialista.

3.2 O Sub-imperialismo Brasileiro como resultado da disputa hegemônica entre EUA e Alemanha

Para Pedrosa (1966), o imperialismo Norte-americano criou as condições sub-imperialistas para o Brasil, em vista do risco que representava a influência alemã no território brasileiro e das relações comerciais em crescimento entre esses dois países. Para Marini (1985) vários fatos ocorreram para que se consolidasse o imperialismo americano. Primeiro as disputas pelo domínio do comércio nas antigas colônias européias; em segundo, a

superprodução capitalista que resultou na grave crise de 29 e por último a 2ª GM, que garantiu aos EUA a hegemonia mundial.

Devido as grandes dificuldades cambiais, impossibilidade de pagamento dos juros da dívida externa e queda nos preços de seus principais produtos exportáveis, na década de 30, o nazi-fascismo encontrava terreno fértil, não só na Europa, como também na América Latina .

Quando a influência alemã em ascensão ganha posição hegemônica no intercâmbio com o Brasil, a estrela da Ação Integralista sobe em flecha nos céus políticos do país. Em 1937 (...) é o golpe instaurador do Estado Novo, de inspiração ideológica francamente nazi-fascista (PEDROSA, 1966, p.138).

Em 1937, o presidente Getúlio Vargas, decretou o Estado Novo, suspendendo o pagamento das dívidas externas e melhorando as relações político-econômicas com a Alemanha, a qual ganhou posição hegemônica no intercâmbio econômico com o Brasil, desagradando os interesses de Washington. Neste mesmo ano, a Alemanha e o Japão propuseram ao governo brasileiro custear a construção de usinas de aço.

Em 1938, através do comércio bilateral de trocas, os alemães conseguiram absorver 10,5% do conjunto das exportações da América Latina e forneceram no mesmo ano cerca de 17,1% do conjunto das importações latino-americanas (PEDROSA, 1966, p. 136)

No Brasil, a colonização alemã espalhou-se pelo território, fortalecendo-se nos Estados do Sul do país, desenvolvendo a indústria e o comércio, guardando as características e sentimentos de suas origens, preocupando ainda mais as defesas militares americanas. Para o governo dos EUA, todo cidadão do Reich residente no estrangeiro, todo descendente de alemães fixados nos velhos núcleos de imigração, tinha uma sujeição direta, política, ideológica, racial, não à Alemanha, mas ao Estado alemão, personificado em Adolf Hitler (idem. P.155). “Os alemães (...) a propaganda deles era intensa em toda a América Latina, através dos jornais, revistas, filmes. Seu ponto central era mostrar que aquela nada tinha a ganhar numa aliança com Washington. A Alemanha tinha mais a dar que os Estados Unidos” (idem, p. 136).

As tabelas 3 e 4 apresentam o total em pontos percentuais das importações, e exportações alemãs para alguns países da América do Sul, demonstrando o quanto o comercio entre eles havia crescido:

Tabela 3: Total das importações de origem Alemã/por países

ANO \ PAÍS	BRASIL (%)	CHILE (%)	COLÔMBIA (%)	URUGUAI (%)
1910-1913	17	-	16	15
1927	-	14	9,5	11,5
1938	25	25,8	17,3	16,4

Fonte: Clarence F. Jones, *Commerce Of South América* (Boston, 1928) e União Pan-Americana, apud, Pedrosa, 1966, p. 137)

Tabela 4: Total das exportações para a Alemanha/ por países

ANO \ PAÍS	BRASIL (%)	CHILE (%)	COLÔMBIA (%)	URUGUAI (%)
1912-1913	14	-	8	18,4
1927-1928	-	6	1	11,5
1938	19,1	10	12,9	23,5

Fonte: Clarence F. Jones, *Commerce Of South América* (Boston, 1928) e União Pan-Americana, apud, Pedrosa, 1966, p. 137)

Segundo Pedrosa (1966, p.138), a posição mais importante da Alemanha na América Latina era o Brasil, porque, mesmo sendo inferior ao percentual exportado pelo Uruguai em termos absolutos, as exportações brasileiras eram maiores que a do país vizinho.

Quando a influência alemã ascendeu à hegemonia no intercâmbio comercial com o Brasil, a Ação Integralista ocupou o poder no país, por meio de um golpe, instituindo o Estado Novo, inspirados na ideologia nazi-fascista¹⁰. O momento político brasileiro em âmbito nacional correspondeu a conjuntura da relação inter-estatal do sistema internacional, ou seja, a uma luta entre rivais, de um lado a Alemanha nazista e de outro os Estados Unidos.

Em meados de 1937, os Estados Unidos resolveram contra atacar, ao se dar conta do perigo Alemão no Brasil. Ofereceram ao país 60 milhões de dólares para restaurar as finanças e impedir o comércio de trocas com a Alemanha, num momento em que esta tomava o lugar dos Estados Unidos como fornecedor de manufaturados.

¹⁰ A preparação do golpe de Estado foi sustentada, publicamente, pela Ação Integralista, militarizada, uniformizada, mobilizada permanentemente, Senhora das ruas do Rio de Janeiro, numa imitação do uniforme aos processos, slogans e gestos, do nacional-socialismo alemão. Há paralelismos curiosos entre os movimentos nazistas nas ruas de Berlim que precederam a subida de Hitler e os movimentos integralistas que precederam o golpe getuliano de 1937 (Pedrosa, 1966, p.139).

Os americanos pareciam de uma generosidade surpreendente, pois, além do empréstimo mencionado, estudariam a possibilidade de outro crédito de cinquenta milhões de dólares, para promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Prometiam ainda, caso o Brasil desejasse, pedir ao congresso autorização para por a disposição do Governo brasileiro, outros cinquenta milhões em ouro a serem pagos com a futura produção brasileira do metal. Também se chegava a acordo para liquidar os fundos bloqueados e devidos a norte-americanos com inversões diretas no Brasil, no valor de dezoito milhões de dólares (PEDROSA, 1966, p. 129).

Em 1940, os EUA tinham uma escassez de 4 milhões de toneladas de ferro gusa, lâminas de aço e estruturas para o programa naval, que visava ao domínio dos oceanos Pacífico e Atlântico. Como a guerra estava se desenrolando, houve uma preocupação dos americanos com a possibilidade dos Alemães dominarem a produção de aço no Brasil. Os nazistas se ofereceram a montar uma usina de aço no país em troca de matérias-primas necessárias para o esforço de guerra. No mesmo ano o governo americano não encontrou em seu país, capitalistas desejosos em investir numa siderúrgica no Brasil, acabou ele próprio concedendo todo o montante necessário para a construção de Volta Redonda¹¹, além de fornecer técnicos, engenheiros e toda a equipe de profissionais necessários à implantação do projeto. Os americanos também forneceram 14 navios para o Lóide Brasileiro, 1000 vagões e 17 locomotivas, três navios-tanques e demais equipamentos ferroviários, tudo para melhorar o transporte do aço brasileiro, material estratégico para a produção de guerra americana (idem, p.144)

No entanto, os financiamentos e investimentos públicos americanos para o Brasil, tinham uma condição: os americanos exigiam um alinhamento do governo aos seus interesses políticos e econômicos, pediam bases aéreas e navais, para que suas missões militares se instalassem não só no Brasil, como em toda a América do Sul. Aceitando esta condição imposta, a partir de 1938, com o alinhamento americano, o sub-imperialismo brasileiro iniciou uma série de medidas contra os imigrantes alemães, culminando no retorno de muitos ao seu país de origem. Também suspendeu todas as transações financeiras com a Alemanha, até que os débitos em *Aski-marks*¹² fossem convertidos em moeda corrente.

Por outro lado, o Brasil necessitava do comércio de café e algodão com a Alemanha, sendo este último o principal produto de exportação brasileiro para eles. Foram firmados

¹¹ A construção de Volta Redonda foi um marco na economia interamericana, pois pela primeira vez, a cooperação entre nações com capital público era disponibilizado para a construção de uma Indústria pesada, abrindo precedentes para as futuras reivindicações brasileiras e latinas.

¹² Os alemães pagavam suas importações ao Brasil com *aski-marks*, que só poderiam ser trocados por produtos fabricados na Alemanha, sem qualquer valor de troca no mercado aberto.

acordos comerciais, que permitiram ao Brasil receber em moeda corrente os créditos da exportação desses dois produtos.

O maior beneficiário em termos de negócios internacionais, foi o império americano, pois tivera sucesso em sua estratégia de estimular o Brasil a reagir ao comércio de trocas com a Alemanha, reação esta só conduzida devido ao amparo financeiro americano, diante da concessão dos 60 milhões de dólares ao país. A estratégia Norte-Americana tinha dado certo.

Vê-se claramente como às vésperas de entrar na guerra contra o Eixo, o governo americano sentia que para poder excluir a Alemanha do comércio com o Brasil, seria preciso dar ao país qualquer compensação. Roosevelt não regateava os meios para mobilizar o Brasil a seu lado (PEDROSA, 1966, p.144).

A guerra resultou no abalo econômico europeu e numa Alemanha totalmente destruída e dividida. Os EUA saem vitoriosos culminando com a estrela do imperialismo americano sobre os aliados, que só permitiram o êxito devido à máquina de guerra americana alimentada com matéria-prima proveniente principalmente dos países latinos. A forma como ocorreu a escalada do imperialismo Norte-americano a nível mundial é o que passaremos a abordar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

4 A DINÂMICA IMPERIALISTA NORTE-AMERICANA

4.1 A era do imperialismo Norte-americano

Autores como Lênin identificaram o final do séc. XIX, como uma etapa do capitalismo, cujo os traços marcantes eram o desenvolvimento tecnológico, resultado da necessidade de se propagar no mercado mundial num espaço de tempo menor, o interesse pelo controle das fontes de matérias-primas e a tendência à concentração do capital.

A partir de 1870, o investimento de grandes somas de capital impulsionaram as novas descobertas científicas e tecnológicas, como por exemplo: o controle do carbono no aço, essencial na produção de motores, geradores elétricos, trilhos de ferro e demais aplicações; o aperfeiçoamento da obtenção de energia elétrica, necessária à produção de alumínio, cobre e da mecanização com precisão da indústria em geral; as novas técnicas de extração do petróleo e a introdução do produto como combustível na indústria e transportes. “Esses novos fenômenos, aos quais às vezes nos referimos como a segunda revolução industrial, eram parte integrante da guinada de um capitalismo caracterizado por pequenas unidades competitivas para outro, em que a cena industrial e financeira é dominada por grandes concentrações de poderio econômico” (MAGDOFF, 1978, p.27).

Quando o autor se referiu à segunda revolução industrial foi com base no desenvolvimento tecnológico e industrial que poucos países, como os EUA, Japão e Alemanha alcançaram. Desses países, o que apresentou a mais rápida monopolização das indústrias foi os EUA. Até 1870 a indústria Norte-americana processava produtos agrícolas através de pequenas empresas que compravam matéria-prima local e na mesma região vendiam sua produção. Com o desenvolvimento da tecnologia no final do séc XIX, os grandes negócios foram incorporados na indústria e no comércio, concentrando o capital nas mãos de corporações que cresceram pela junção de várias empresas menores. Essas corporações passaram a utilizar redes próprias para venda e marketing, elevando em muito o ganho, possibilitando a aquisição das fontes de matérias-primas. Segundo o autor, “a economia dos negócios tornara-se industrial. As indústrias mais importantes eram dominadas por algumas

firmas que se haviam tornado imensas empresas centralizadas e verticalmente integradas” (idem, p.29).

O ritmo de produção e acumulação do capital incentivou a busca de novos mercados consumidores em todo o mundo. Por outro lado, a maciça produção não encontrou matéria-prima local suficiente, o que motivou uma aceleração no ritmo de descobertas e exploração de novos recursos. Nas palavras do autor “o anel de produtores primários distantes foi alargado, da América do Norte, Romênia e Rússia, para países tropicais e subtropicais e, além deles, para a Austrália e África do Sul. Áreas e linhas de comércio, que se haviam auto-contido, dissolveram-se em escala mundial, numa economia única” (MAGDOFF, 1978, p.31).

O desenvolvimento do comércio mundial resultou no aprimoramento das linhas de comunicações (em 1866, teve início a transmissão de informação pelo cabo transatlântico) e dos transportes, onde o navio com casco de aço e motores mais potentes passou a ser utilizado em larga escala; os bancos internacionais financiaram essa revolução comercial e se transformaram num único sistema multilateral de pagamentos internacionais.

Segundo Magdoff (1978), o resultado dessa dinâmica industrial, financeira e comercial que dominou o mundo pela concentração do poder econômico nas mãos de grandes corporações, pelo aumento das tarifas protecionistas, pela nova onda de militarização das novas potências, e pela internacionalização do capital foi o que ele denominou de “novo imperialismo”, apresentando os seguintes traços marcantes: A luta pela contração do sistema imperialista; o novo papel dos Estados Unidos como organizador e líder do sistema imperialista mundial; e o avanço tecnológico de caráter internacional.

O crescimento industrial Norte-Americano gerou uma produção que ultrapassou em muito a demanda interna, o que provocou uma urgência na busca dos novos mercados consumidores que garantissem o grande investimento de capital:

Em 1871, pouco mais de 7% das exportações dos Estados Unidos consistiam em artigos acabados; em 1890, esse índice se elevou a 12%; em 1900, a quase 19%. A sucessão de crises, desde 1873 até a passagem do século, provocou duas reações: a interna, que consistiu em uma onda de incorporações e em um movimento rumo aos grandes negócios; e a externa, caracterizada pela urgência de conseguir novos mercados para exportação, não excluindo os da Europa industrializada (MAGDOFF, 1978, p.35).

O Estado proporcionou apoio a essa busca de novos mercados gerando taxas de crescimento necessárias para garantir os investimentos em capital e novas oportunidades de

mercado. As instituições financeiras auxiliaram através da concessão de grandes somas em capitais, gerando o que o autor chamou de “surto de investimento estrangeiro da era imperialista”.

As grandes corporações entraram numa verdadeira batalha no cenário mundial abrindo filiais em países onde a mão de obra tinha custo menor, elevando a margem de lucro e mantendo o domínio e o controle sobre essas nações. O imperialismo impôs limites de investimentos nesses países, através da restrição a demanda de mercado, em consequência do atraso industrial imposto para mantê-los como meros fornecedores de matérias-primas aos centros imperialistas.

A partir de 1945, os EUA tomaram a liderança de todo o sistema imperialista, em razão da maturidade econômica e pela força militar demonstrada na 2ª Guerra Mundial. O sistema foi organizado com a criação das agências internacionais de controle e financiamento: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que em todas as agências os EUA impuseram sua liderança tendo suporte ao conceder ajuda econômica e financeira, além da implantação de planos e programas de reconstrução das nações destruídas pela guerra.

Outro aspecto importante do imperialismo Norte-americano pode ser analisado pela presença militar pelo mundo. Segundo o autor, em 1920 os militares americanos possuíam bases em apenas três países; já em 1978, as forças armadas americanas estavam presentes em mais de sessenta e quatro países.

Da mesma forma a presença Norte-americana se fez na área financeira e energética; no primeiro caso pela instalação de inúmeros bancos em quase todos os países do mundo, e em segundo, pelo domínio na exploração de petróleo, importante fonte de energia para a indústria dos EUA, conforme demonstra a tabela 5.

Tabela 5: Reservas de Petróleo no Oriente Médio

ANO \ PAÍS	(Quantidade em bilhões de barris)			
	1940		1967	
	Qtde	% Total	Qtde	% Total
Inglaterra	4,3	72.0	73.0	29.3
Estados Unidos	0.6	9.8	146.0	58.6
Outros países	1.1	18.2	30.0	12.1

Fonte: Com base nos dados de Zuhayr Mikdashi, A Financial Analysis of Middle Eastern Oil Concessions, New York, Praeger, 1966.

Nota-se que o percentual correspondente às reservas petrolíferas americanas elevou-se em mais de 500% num período de trinta anos.

A liderança americana também está presente na tecnologia espacial, o país detém o maior número de satélites de comunicação em massa, espalhando pelo mundo uma cultura que espelha o poder americano no sistema mundo.

A partir dos anos 50, a expansão industrial americana demandou um consumo de matérias-primas superior ao disponível em seu território. Segundo Magdoff (1978), o país passou em poucas décadas de exportador para grande importador de minerais e petróleo. Na extração de ferro para a indústria do aço, as importações da década de 30 que eram de 3% do total consumido, passaram em 1966 para 43% dos 90 milhões de toneladas consumidos. Os EUA investiram na modernização da extração de matérias-primas em países subdesenvolvidos como a Venezuela, Brasil e alguns países do continente africano, com o intuito de mapear as reservas e ter um maior controle sobre essas riquezas.

Outra preocupação dos EUA e que também motivou o financiamento de obras em países subdesenvolvidos foi à possibilidade desses países firmarem alianças com Estados comunistas, o que prejudicaria o crescimento e a manutenção dos lucros das corporações americanas que necessitavam importar a matéria-prima para suas indústrias:

Indiretamente a evolução das áreas subdesenvolvidas poderá determinar o destino da Europa Ocidental, do Japão e, portanto, também a eficácia das regiões industrializadas da aliança do mundo livre, a qual estamos comprometidos a liderar. Se as áreas subdesenvolvidas caírem sob o domínio comunista ou se fixarem numa atitude hostil para com o Ocidente, diminuirá a capacidade econômica e militar da Europa e do Japão, e a Inglaterra tal qual se acha organizada, se desintegrará, tornando-se o mundo atlântico quando muito uma aliança canhestra, incapaz de exercer influência efetiva, fora de uma órbita limitada, afetando-se o equilíbrio do poder no mundo. (MAGDOFF, 1978, p. 59).

O novo imperialismo apresentou uma outra característica que foi a exportação de capital. Segundo Magdoff (1978), os EUA após a 2ª GM dominaram este quesito aplicando 60% do total dos investimentos do país no exterior, passando a exercer uma liderança mundial em investimentos tanto em títulos como em propriedades das empresas filiais americanas em outros países, proporcionando uma nova forma de competição no comércio mundial.

As empresas multinacionais Norte-americanas deram início à conquista de mercados, substituíram a competição interna pela competição com as indústrias nacionais desses países. Esses países, tidos como parceiros comerciais ofereciam um custo da mão-de-

obra inferior ao praticado nos EUA, o que permitiu que as multinacionais que possuíam tecnologia superior abocanhassem uma boa fatia dos mercados e da produção interna deles.

Segundo Magdof (1978) na década de 60 o comércio das filiais das empresas Norte-americanas elevou-se a 140% enquanto as exportações atingiram a margem de 55%, em relação a década anterior.

Na citação a seguir o autor relatou a importância dessa dinâmica:

O papel do investimento direto dos EUA na economia mundial é fantástico. Segundo o Conselho Norte-americano da Câmara de Comércio Internacional, o grosso do valor da produção das companhias americanas no estrangeiro excede em muito a cifra de US\$ 100 bilhões ao ano. Isso quer dizer que (...) as empresas dos Estados Unidos no estrangeiro são no compromisso agregado o terceiro maior país do mundo. (MAGDOFF, 1978, p.63-64)

Nas décadas de 50 e 60 do Séc. XX, o número de empresas Norte-americanas instaladas na Europa passou de 460 para 700 filiais somente entre as maiores firmas. Só a Esso, General Motors e Ford, respondiam por 40% dos investimentos totais americanos nos três maiores mercados europeus (Alemanha, Inglaterra e França).

Na obra de Lênin sobre o imperialismo escrito no início do séc. XX, ele descreveu sobre a internacionalização do capital, os dados que ele previu foram em muitas vezes ultrapassados nos cinquenta anos posteriores, numa ordem gigantesca e muito superior do capital internacionalizado entre firmas, em destaque, as Norte-americanas.

A nova ordem imperialista provocou a expansão dos bancos Norte-americanos para o exterior criando a primeira rede bancária internacional. A expansão bancária como complemento ao papel dos EUA como líder e organizador do sistema imperialista coincidiu com:

a) da muito difundida presença militar e política dos EUA no globo (via guerras e ajuda econômica e militar); b) da posição dominante do capital norte-americano na criação de impérios industriais multinacionais; c) da evolução do dólar como meio-chave de pagamentos, crédito e reservas; e d) do crescimento dos bancos multinacionais (MAGDOFF, 1978, p. 69)

Além de ganhar terreno que pertencia aos bancos ingleses e alemães, a expansão dos bancos dos EUA para a América Latina teve também o propósito de garantir um comércio duradouro e lucrativo.

O programa de ajuda externa Norte-americano aos subdesenvolvidos só concretizou-se aos países que adotaram a “política de porta aberta”, ou seja, eliminação de todas as restrições e barreiras à importação e livre ingresso de investimentos privados. Em 1963, os EUA já haviam firmado tratados desta política com mais de setenta países.

Quando a Índia em 1966 descumpriu o tratado de política de porta aberta com os EUA ao insistir que os fertilizantes produzidos pela Stantart Oil de Nova Jersey fossem distribuídos por empresas indianas dentro do seu território, os EUA impediram que as remessas de alimentos oriundas da ajuda internacional fossem distribuídas às regiões famintas da Índia, o que forçou o governo indiano a voltar atrás e permitir que a Standart distribuísse e também comercializasse os fertilizantes ao preço que melhor lhe conviesse.

No novo sistema imperialista, os EUA desenvolveram uma maneira “dissimulada” de manter o controle sobre nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas, através da cooperação das instituições de financiamento e desenvolvimento como o FMI e BIRD. Através desses organismos o império americano controla governos em diferentes partes do mundo, pressionados a aceitarem medidas econômicas e políticas de interesse do governo Norte-americano. É uma estratégia bem elaborada para manter colônias que legalmente aparecem como nações livres, mas que dependem dos recursos dessas instituições para custear seus déficits na balança de pagamentos ou até mesmo para existirem como “soberanas”. Os exemplos são muitos, basta olharmos a história recente de alguns países latinos, como o Brasil que em 1964, diante do descontentamento dos EUA com a política econômica do governo Goulart apoiou a deposição do presidente por militares que eram favoráveis aos EUA e treinados naquele país nas Escolas Superiores de Guerra. Após o domínio de poder pelos militares, os EUA emprestaram mais de US\$ 500 milhões ao novo regime, sendo que partes destes recursos eram provenientes do FMI e do Banco Mundial.

No caso do Chile, este teve que se abster na votação sobre a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1965 sobre a admissão da China. O interesse contrário dos EUA forçou a decisão Chilena que em troca recebeu ajuda financeira essencial ao êxito do programa do novo governo que visava a modernização do país.

Com esses exemplos fica transparente que as principais metas dos EUA através dessas Instituições foram: “a) conservar a extrema orla da rede imperialista como dependência

do sistema; b) apoiar e estimular o crescimento de forças capitalistas, econômicas e políticas dentro desses países” (idem, p. 154)

A ação do FMI despreocupado se o déficit permanente de certos países tem como consequência o superávit de outros, no sentido de proteger as regras que governam as relações de poder entre as nações pela dependência política e econômica é melhor compreendida nas palavras do autor:

(...) o neo-imperialismo é dependente de dominação política declarada. As relações econômicas dos EUA com a América do Sul não são essencialmente diferente das da Grã-Bretanha com suas colônias africanas. O FMI desempenha o papel da administração colonial, o de reforçar as regras do jogo (MAGDOFF, 1978, p.165).

Na realidade para os EUA provocarem mudanças na política econômica de um país em prol dos seus interesses econômicos e de segurança, é mais fácil utilizar a intermediação dessas instituições como o FMI, do que tentar acordos bilaterais que poderiam provocar desgastes diplomáticos. Os países em questão necessitando de ajuda financeira acabaram sempre se submetendo as imposições e regras ditadas pelo FMI como condições de empréstimos.

Portanto, observa-se que foram diversos eventos que deram embasamento para que o imperialismo Norte-americano se consolidasse. A concentração de capitais nas mãos das grandes corporações financiou descobertas científicas que impulsionaram a produção, aumentando a renda dos capitalistas que passaram a investir nas finanças. O surto de investimentos da era imperialista permitiu que grandes somas fossem disponibilizadas pelo sistema financeiro a agências internacionais de controle e investimento, motivando países subdesenvolvidos a tomar empréstimos. No próximo subitem vamos abordar numa contextualização histórica como ocorreu a expansão do imperialismo Norte-americano.

4.2 O expansionismo Norte-americano e a grande corporação monopolista

A evolução imperialista americana como processo inicial, foi marcada pela formação da grande corporação monopolista com característica expansionista, tendo o suporte

do Estado americano. Foi graças à ação do Estado com seus órgãos e instrumentos políticos e econômicos que os Estados Unidos da América conseguiram desenvolver uma ação imperialista.

O expansionismo americano teve início no âmbito interno da nação, num verdadeiro processo de ocupação e apropriação territorial, que resultou na anexação de parte do território que pertencia ao México, e ao final do século XIX, a expansão externa consolidou o território, quando conquistou o Alaska e as ilhas do Havaí, além de pressionar o Canadá para que fizesse parte do território Norte-americano, assim como a anexação de parte do território do Panamá. Todo este expansionismo não tinha um sentido de colonialismo, mas era parte de uma estratégia do Estado para garantir a livre circulação de mercadorias e de capitais norte-americanos no Pacífico e no Atlântico.

Após o fim da guerra de independência em 1781, os EUA deram início ao desenvolvimento de suas forças produtivas, não medindo esforços, investindo em recursos materiais, intelectuais, financeiros, que culminou num “poder nacional capitalista de primeira ordem”, no curso de uma única geração. (PEDROSA, 1966, p. 15)

Segundo Pedrosa (1966, p 15), os novos multimilionários americanos do final do século XVIII, fizeram com que o país sentisse crescer em si “uma consciência nova”, a consciência de sua força e com ela um apetite novo, o sabor do império na boca do povo.

Como sua capacidade produtiva era excessivamente grande para permanecer confinado dentro de seu território, os novos capitalistas americanos voltaram seus interesses para a região das Caraíbas, sondando qualquer demanda que ocorresse entre uma potência européia e os governos latino-americanos.

Por volta do último quarto do século XIX, enquanto as velhas potências européias ainda respiravam resquícios de mercantilismo, os EUA se revestiam de características imperialistas modernas e “encaravam os negócios deste hemisfério como um assunto particular, como sua província exclusiva”. (MORRISON, apud, PEDROSA, 1966, p.16).

Em 1889, os EUA convocaram uma conferência que contou com a participação de dezoito Estados latino-americanos. O governo americano propôs uma redução das tarifas preferenciais para seus produtos, pelo fato de 87% das exportações Latino-americanas entrarem naquele país livre de direitos. A proposta era uma união alfandegária, o “Pan-americanismo” (idem, p.16), que na realidade era a forma encontrada pelos EUA para forçar os países Latinos a comprar somente seus produtos, formando um monopólio industrial no novo mundo. Caso os governos Latinos não aceitassem a redução de suas tarifas para os artigos americanos, eles taxariam os produtos latinos para dificultar a entrada em seu país.

Como a América latina, produtora de matérias-primas, também escoava seus produtos para a Europa, que forneciam manufaturados a preços inferiores aos praticados pelos norte-americanos. O Pan-americanismo não foi aceito pelos países latinos, pois além dos preços inferiores dos produtos europeus, havia acordos e compromissos financeiros com o velho continente. Além disso, os países latinos temiam perder qualquer tipo de poder de barganha que poderiam ainda ter.

Em 1895, os EUA deram início a uma longa jornada de intervenções militares em vários desses países, sempre com a retórica de proteger estas nações dos domínios europeus e de contribuir para que a democracia vingasse no continente americano. A primeira nação a receber tropas militares americanas foi Cuba em 1898, que buscava a independência da Espanha. Os EUA travaram uma guerra contra os espanhóis em apoio à junta revolucionária cubana, e ganharam a batalha facilmente em virtude da decadência econômica e militar espanhola. O apoio a Cuba não era somente por ideais democráticos. A principal razão era o comércio americano com a ilha, que segundo Pedrosa (idem, p.17) havia ultrapassado a casa dos cem milhões de dólares, e as inversões açucareiras orçavam em mais de cinquenta milhões de dólares. Os americanos ocuparam a Ilha e pressionaram o congresso de Cuba a votar uma emenda que se denominou “emenda *Platt*”, que impedia a realização de acordos comerciais entre Cuba e governos estrangeiros, concedia bases de abastecimento para a marinha americana em território cubano, e por fim, “autorizava o governo dos EUA a interferir nos negócios da Ilha a fim de proteger a vida e a propriedade”. (PEDROSA, 1966, p.19)

Com base nesta emenda, o governo americano resolveu estender a todos os países do continente americano o seu poder de polícia. Em uma mensagem ao congresso em 1903, o presidente Roosevelt disse: “Erros crônicos, desordens que resultam em afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada e a falta de pagamento de dívidas forçarão os Estados Unidos a exercer seu poder internacional de polícia” (idem, p. 19). As ações policiais norte-americanas passaram a ser continuas como o autor descreveu na seguinte citação:

A ordem interna, o bom governo, o respeito à propriedade estrangeira passam a exigir de Washington uma vigilância quase anual, ou melhor, uma batida policial, de vez em quando pelos povos mestiços ou latinos do continente, intrinsecamente, racialmente, biologicamente turbulentos e desonestos, sobretudo nas vizinhanças caribenhas dos Estados Unidos (PEDROSA, 1966, p.20).

O próximo país a sofrer interdição foi à República Dominicana, que teve sua alfândega e portos ocupados pelos marinheiros americanos em 1905, cedendo às pressões, por meio da assinatura de um tratado, no final aceitaram a proteção dos Estados Unidos.

Em 1908, foi à vez da Nicarágua receber as tropas americanas para proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos e de estrangeiros na pequena República. Em 1914, o governo dos EUA conseguiu impor um tratado, pelo qual recebeu uma concessão de parte do território para a construção de um canal e bases americanas. Em contrapartida, concedeu à Nicarágua um crédito de três milhões de dólares para serem gastos na compra de produtos americanos.

Em 1916, as tropas Norte-americanas desembarcaram no Haiti, onde mataram cerca de dois mil nativos e apossaram-se de São Domingos, a qual, declararam como sujeita ao governo militar dos Estados Unidos. Os fuzileiros tomaram o Banco Nacional e todo o ouro foi mandado para Nova Iorque nos navios de guerra. Os americanos impuseram o “Tratado de Amizade” (PEDROSA, 1966, p.24), que permitiu a ocupação da alfândega, passando a administrá-la, e um conselheiro americano foi nomeado para dirigir todas as finanças do país.

A constituição do Haiti não permitia que estrangeiros possuíssem terras no país; os congressistas americanos redigiram uma nova constituição, que não foi aprovada pela assembléia nacional do Haiti, resultando na dissolução desta assembléia pelos administradores americanos que promulgaram a nova constituição, “num verdadeiro Ato Institucional” (idem, p. 25), permitindo a estrangeiros possuir propriedades no país.

As tropas americanas intervieram em 1920, na Guatemala, em 24 em Honduras e em 27 novamente intervieram na Nicarágua.

Ao longo de tantos anos, na paz e na guerra, de expansão imperialista, principalmente no nosso continente, a técnica retórica americana não muda numa escala de valores que vai dos altos conceitos abstratos de idealismo, democracia, progresso, às noções mais vulgares de propriedade e negócios, de permeio às expressões mais brutais de avidez, egoísmo e violência. (PEDROSA, 1966, p. 21).

A questão do Panamá foi um dos mais intrigantes episódios, pois este país foi constituído a força pelos americanos, com parte do território colombiano, para que eles abrissem um canal que permitisse o domínio do acesso entre o Atlântico e o Pacífico, ampliando seu império até o oriente e estabelecendo assim, uma eterna soberania dentro do território daquele país. Apesar de tudo, ironiza, Pedrosa (1966), “Os nossos amigos

americanos conseguem manter, em meio aos mais sujos negócios e ambições, esse imperturbável sentimento de inocência, de quem se conduz pelo mundo na mais espontânea das gratuidades” (PEDROSA, 1966, p.22).

Mesmo em meio a ações policiais na América Latina, os Estados Unidos trataram de preservar suas bases comerciais e políticas nas Filipinas, herança da vitória da guerra contra a Espanha. As Filipinas era o caminho para a conquista dos mercados no Extremo Oriente, conforme trecho de um telegrama expedido em 1926 pela comissão de avaliação naquele país ao presidente americano:

Se nos retirarmos dessas ilhas tropicais e férteis, estrategicamente situadas nos portões do oriente, teremos de desistir de nossa posição como um poder asiático. Sem as Filipinas como base comercial e militar, não poderíamos reforçar a política de porta aberta, de oportunidades iguais de comércio para todas as nações da China, não poderíamos abrir ilimitadas oportunidades econômicas que vão acompanhar certamente o despertar do leste e não poderíamos fazer eficazmente a guerra para proteger nossos interesses... (idem, p. 26).

Com o fim da 1ª Guerra Mundial, vitoriosos e possuidores de uma marinha mercante em condições de atravessar todos os mares com os produtos de sua indústria, os EUA conquistam o posto de novo imperialismo.

Mas a obra de mundialização do imperialismo americano teve duas fases. A primeira denominada de “imperialismo Darwiniano” (idem, p. 29) que se conduziu até o pós-1ª GM, quando o interesse era a conquista dos mercados dentro do continente americano. No segundo momento, surgiu o imperialismo “Messiânico”¹³, quando os EUA alcançaram uma acumulação de capitais graças as potencialidades de seu aparelho produtivo, e a vitória na guerra. Eles estariam limitados se não abrissem para todo o mercado mundial, passando o Estado americano a ter um papel central na construção da história da própria nação e no destino do mundo inteiro.

Os americanos investiram maciçamente no desenvolvimento de sua Marinha mercante, condição indispensável para o processo de escoamento de sua vasta produção de manufaturados.

Participaram ativamente na reconstrução do velho mundo destruído pela 2ª GM, através da remessa de bilhões de dólares, principalmente em produtos, como máquinas e equipamentos necessários à reconstrução da indústria européia.

¹³ Une Politique Economique d’Hémisphère, Paris, 1953, p. 125, apud, Pedrosa, 1966 p. 29

Na década de 20 do Séc. XX, os EUA projetaram seus interesses financeiros na América do Sul, território dos negócios Ingleses. Por meio de um derrame financeiro de largas proporções minaram os britânicos até então contumazes parceiros econômicos do Brasil e Argentina. Em uma década, as exportações americanas para o nosso continente se tinham elevado a mais de um bilhão e meio de dólares (idem, p. 35), resultando na derrubada da hegemonia Inglesa no continente e na ascensão do império americano. Sobre o tema hegemonia é que estaremos tratando no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

5 COMPREENDENDO HEGEMONIA

Neste capítulo, primeiramente buscamos descrever o que alguns autores como Arrighi, Gramsci e Simionatto entenderam ao fazer uso do termo hegemonia. Posteriormente faremos uma apresentação dos fatos históricos e econômicos que demonstraram as fases de expansão material e financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-americano.

5.1 Contextualizando o termo “hegemonia”

Segundo Simionatto (2004), foi a partir do III Congresso internacional comunista de 1921, que Gramsci formulou uma compreensão do termo hegemonia, pois buscava diferenciar as sociedades orientais das ocidentais em diferentes níveis como: político, social, econômico e cultural. Para Gramsci o Estado oriental era tudo e a “sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (idem, p. 40). Por outro lado, no ocidente havia um certo equilíbrio entre Estado e sociedade, pautado na conquista e conservação da hegemonia que ele denominou de Guerra de posição:

Esta estratégia que Gramsci denominou de Guerra de posição, encerra em si um processo de luta para a conquista e conservação do poder. A guerra de posição supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e participativo, implicando também unidade na diversidade, um movimento dialético e democrático (SIMIONATTO, 2004, p. 41).

Para Gramsci, o pensamento de Marx sob a hegemonia Stalinista pautava-se por um economicismo vulgar, por um determinismo econômico, afirmando que as crises econômicas capitalistas conduziriam inevitavelmente a falência do capitalismo e à erupção da revolução proletária, quando predominaria o consenso sobre as “forças coercitivas” (idem, p.41).

As relações entre estrutura¹⁴ e superestrutura, e como as classes interagem e agem dentro do Bloco histórico¹⁵, também são explicados pelo conceito de hegemonia. As forças que detém o poder sofrem as ações opositoras das forças emergentes, em busca de uma nova ordem. O desgaste das forças dominantes pelo enfraquecimento do poder político, prevalece por possuir uma força coercitiva, procurando fortalecer-se e refazer sua hegemonia através da melhor capacidade de organização, principalmente prometendo às forças dominadas o que jamais poderão cumprir.

A supremacia do poder se apresenta para Gramsci de dois modos: como “domínio” e “como direção intelectual e moral” (idem, p.42)

Para Simionatto (2004), na análise do “Risorgimento Italiano¹⁶”, compreendeu que a supremacia do grupo hegemônico apareceu como “domínio”, quando fez uso ou submeteu o outro grupo a seu poder militar ou através da “direção intelectual e moral”, esta que pode ser conquistada mesmo antes de exercer a hegemonia ou na tomada do poder.

Quanto à direção intelectual, ela ocorre no campo das idéias e da cultura, e busca unidade consensual e base social. Para Gramsci não há direção política sem consenso das idéias, podendo ocorrer o domínio mesmo sem o uso da força, se utilizando para tanto dos “aparelhos privados de hegemonia” (idem, p.44), que são: A escola, Igreja, jornais e meios de comunicação, responsáveis por implantar na força dominada, ideologias formadas historicamente.

A transferência da hegemonia ocorre na relação estrutura/superestrutura, como afirma Simionato (2004):

A passagem de classe subalterna à classe hegemônica se dá no processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade (SIMIONATTO, p.44).

Para Gramsci, o momento de crise ocorre quando hegemonias distintas se enfrentam contradizendo-se, gerando uma crise revolucionária, momento em que a força dominante

¹⁴ Quem determina as relações entre estrutura e superestrutura é o desenvolvimento das forças materiais de produção (Simionatto, 2004, p.44)

¹⁵ Noção de articulação entre infra-estrutura e superestrutura, ou de formação social no sentido marxista (SIMIONATTO, 1994, p.41)

¹⁶ Revolta popular que ocorreu em 1848, o “Ano das Revoluções” na Europa. eclodiram levantes em muitas cidades italianas, e em pouco tempo conseguiam expulsar os governadores austríacos das cidades do norte e obrigar os governantes de Nápoles e da Toscana, bem como o papa, a aceitarem constituições liberais. (BERLINCK, 2006)

utiliza a coerção, se recompondo em prol da manutenção da hegemonia. No mesmo tempo, pode a força dominada também se fortalecer buscando um consenso a fim de reverter o papel hegemônico podendo até mesmo assumir o poder.

Segundo Simionatto (2004), para Gramsci os interesses corporativos, tanto para aquela época como após, superam o corporativismo econômico, podendo se tornar interessante para outras forças subordinadas como ele descreveu na citação a seguir:

A clara passagem da estrutura para as superestruturas mais complexas, é a fase na qual as ideologias germinadas anteriormente se tornam 'partido', colocando-se em confronto e entrando em luta, até que somente uma delas ou uma combinação de ideologias tende a prevalecer e a difundir-se sobre toda a área social, determinando, além da unidade econômica e política, a unidade intelectual e moral, mediante um plano não corporativo, mas 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados (GRAMSCI, apud, SIMIONATTO, 2004, p.45).

Nesta fase, Gramsci desenvolveu seu estudo do espaço hegemônico do interior de um estado, como a luta política pelo poder do estado, não o poder de um estado sobre outro número de estados-nação, tanto que ele descreveu o momento em que o proletariado criou um projeto para toda a sociedade "um novo bloco histórico" (idem, p.46), conquistando a hegemonia plena que resultou na passagem de estrutura/superestrutura, referente ao momento econômico e o ético-político¹⁷.

Segundo Simionatto (2004), a hegemonia enquanto totalidade significa a união de estrutura e superestrutura das seguintes atividades: produção, cultura, economia e política, em conjunto com os interesses universais, absorvendo os interesses das forças em domínio. A questão econômica é fundamental para o conceito de hegemonia para Gramsci, como descrito na citação a seguir:

Se a hegemonia é ético-política, também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo central da atividade econômica (...) entende que a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica e, portanto, também encerra em si um valor gnosiológico, e não puramente psicológico e moral (GRAMSCI, apud, SIMIONATTO, 2004, p.48).

¹⁷ Momento vinculado à base econômica é um momento em que estrutura e superestrutura se unem, reconhecendo o valor histórico do modo de produção. É o momento onde as atividades culturais aparecem tão necessárias como a econômica e a política (SIMIONATTO, 2004, p. 46)

Para Gramsci a concepção de mundo é imposta pelo meio externo, sendo recebida e absorvida pela maioria dos homens, há a necessidade dos homens serem reeducados a partir de uma concepção de mundo própria. Quando se implanta uma nova concepção de política e estado, pode-se então vencer a subalternidade. Vencer a subalternidade exige além das instâncias econômica e política também a cultural, pois é através da formação cultural e intelectual que as forças dominadas poderão libertar-se das ideologias impostas pelas forças hegemônicas: “A análise gramsciana evidencia que não é suficiente lutar apenas pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber” (SIMIONATTO, p. 50).

Em “Cadernos do Cárcere”, Gramsci retoma a discussão de como a cultura influencia na hegemonia, pois para ele hegemonia transpassa a questão econômica e política, alcançando o modo de pensar, de conhecer e também as orientações ideológicas da sociedade.

O termo hegemonia é aplicado no plano mundial analisando as diversas hegemonias que existiram num processo de substituição dentro da contextualização histórico econômico temporal que o autor denominou de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Na obra “O Longo Século XX”, Arrighi (1966), apoderou-se do conceito de Gramsci e o aplicou no contexto internacional, pois a problemática que existe dentro dos estados nacionais segue uma ordem interna que corresponde a uma ordem externa, como uma hierarquia entre Estados. É como se o sistema mundial necessitasse dessa ordem para permanecer.

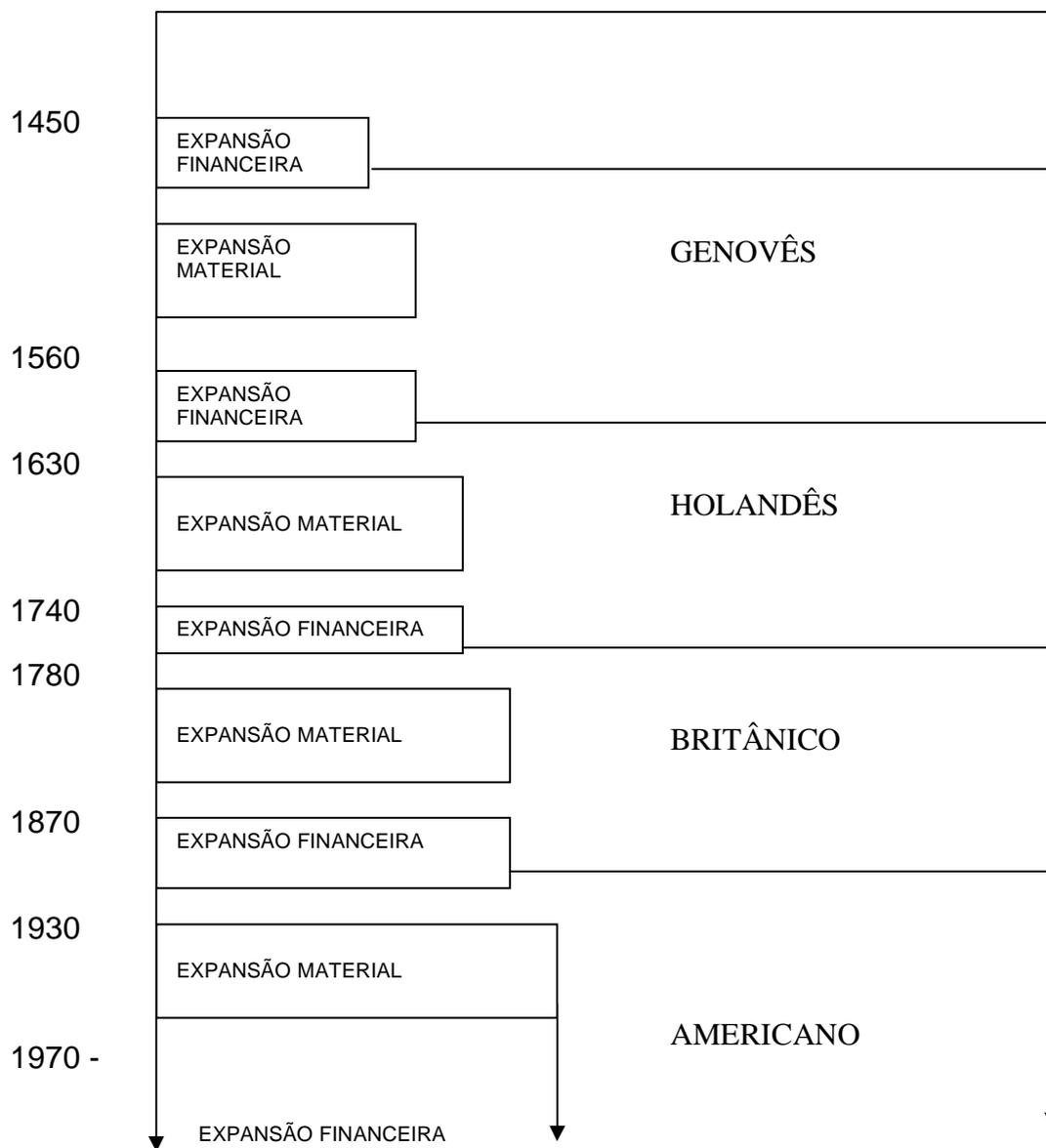
Os CSA apresentam duas fases distintas, que marcam o início e o fim do ciclo e da hegemonia do Estado dominante naquela fase, são elas: a fase de expansão material e a fase de expansão financeira.

Nas fases de expansão material, o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria, nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário liberta-se de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como a fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD¹⁸) (ARRIGHI, 1996, p.6)

Segundo Arrighi (1996), na história do capitalismo mundial existiram quatro CSA, conforme demonstra o Quadro 1:

¹⁸ A fórmula de Marx foi utilizada por Arrighi para demonstrar como o capital dinheiro “D”, investido em capital mercadoria “M” se transforma em mais capital dinheiro “D”, resultado do lucro obtido pelo capitalista, não fechando o círculo, mas possibilitando uma capacidade de investir em mais capital mercadoria e obter maiores lucros.

Quadro 1: Ciclos Sistêmicos de Acumulação



Fonte: Adaptado de Arrighi, 1996, p.219

Arrighi (1996), utilizou às teorias de Braudel (1958) quando este examinou a história do capitalismo nas economias mercantis entre os séculos XV e XVIII. Braudel usou a expressão “anuncio de um outono”, para identificar a expansão financeira que marcaria o fim de uma hegemonia.

Para Arrighi (idem, p. 27-29), hegemonia é “um poder adicional que é conquistado por um grupo dominante em virtude de sua capacidade de colocar num plano universal todas as questões que geram conflito. O poder adicional é o poder associado à dominação, mas, ampliado pelo exercício da liderança intelectual e moral sobre outras nações soberanas. Um Estado exerce função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e com isso é percebido pelos demais como buscando um interesse geral”. (ARRIGHI, idem, p. 29).

A grande depressão ocorrida na década de 1870, marcou o início do “anúncio de um outono”, ou seja, o início do fim da hegemonia Inglesa, que durou quase 100 anos. O equilíbrio do sistema foi se desorganizando pelas rivalidades entre potências menores como Alemanha e EUA, mas com bases mais sólidas em seus capitais que eram formados por grandes corporações.

A hegemonia torna-se absolutamente necessária para a existência do sistema capitalista mundial, porque sem a hegemonia não há uma ordem que consinta que o sistema continue a se reproduzir, ou melhor, que ao capitalista continue investindo para manter a acumulação de capital. As duas Grandes Guerras privilegiaram os Estados Unidos da América (USA), que aproveitaram essa nova ordem, para emplacar numa hegemonia dotada de todas as características que permitem a um Estado assumir esta condição. É sobre isso que vamos estudar a seguir.

5.2 A hegemonia Norte-americana e as fases: material e financeira

A ascensão da hegemonia idealizada pelos EUA apoiou-se na teoria Keynesiana, com vistas a evitar um novo colapso da economia mundial e quem sabe uma terceira guerra mundial. Desta forma a economia baseou-se na liberalização gradual do comércio e no controle dos fluxos de capital, mediante taxas de câmbio fixas, garantindo assim, uma estabilidade e uma evolução controlada da economia pelos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

Os EUA, seguindo estas diretrizes, iniciaram um processo de ajuda financeira para a reconstrução dos países da Europa que foram destruídos: social, cultural, material e humanamente. Esta ajuda dissimulava o motivo principal que seria neutralizar uma possível

disseminação do Comunismo da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por toda a Europa.

Os EUA priorizaram a instalação de empresas transnacionais na Europa, com características estruturais e organizacionais norte-americanas. Por volta da metade do séc. XX, após o reerguimento da Europa pelo apoio financeiro americano canalizado pelo Plano Marshall¹⁹, os norte-americanos voltaram seus esforços financeiros para políticas que iriam criar as condições necessárias a uma industrialização dos países subdesenvolvidos.

As empresas multinacionais, ou transnacionais como preferiu chamar Arrighi (1996), cresceram e se espalharam pelos diversos países. O poder econômico dessas empresas superou o poder estatal, pois estas empresas desenvolveram um sistema produtivo, por meio de intercâmbio e acumulação em escala mundial que poderiam: [...] submeter a suas próprias leis todo e qualquer membro do sistema interestatal, inclusive os Estados Unidos. (ARRIGHI, 1996, p. 74)

Segundo Galbraith (1986), a instituição que mais influi em nossas vidas é a que menos compreendemos, é a grande e moderna empresa transnacional. Ela possui um relacionamento vantajoso com o Estado como descreve a citação seguir:

[...] – entre aqueles que constroem carros e aqueles que constroem rodovias, entre os que fabricam aviões de caça e os que dirigem a Força Aérea. Entre a moderna empresa multinacional e o moderno Estado existe um relacionamento profundamente simbiótico, baseado no poder e na compensação partilhada. (GALBRAITH, 1986, p. 261)

As empresas transnacionais colaboraram em muito com a expansão material na economia mundial, a qual alcançou os maiores picos na década de 60. Entende-se por economia mundial segundo Braudel, (1982, p.12) “[...] o mercado de todo o universo, a economia da terra inteira, o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado”.

A expansão material gerou um problema de liquidez na economia mundial, uma vez que o Plano Marshall impunha um certo freio à liquidez, pela sua característica de investir em produção. Os EUA necessitavam manter os laços econômicos com a Europa, pois teriam que

¹⁹ Em 1947, o secretário de estado americano o Gen. George Marshall, implantou um plano de ajuda e reconstrução da Europa, cujo os objetivos eram: aumento na produtividade agrícola e industrial que atingisse os níveis de pré guerra; alcançar estabilidade financeira; a cooperação entre os países participantes; e a solução para o déficit de dólares, através do aumento das exportações.

realizar muitos realinhamentos monetários para manter um superávit de exportações. A questão foi solucionada pelo aumento nos gastos militares, americano e europeu, possibilitado pela corrida armamentista em prol da guerra da Coreia. A assistência militar à Europa proporcionaria um meio de continuar a prestar-lhe assistência após o fim do Plano Marshall. E a estreita integração das forças militares Européias e Norte-americanas proporcionariam um meio de impedir que a Europa, como região econômica, se fechasse para os Estados Unidos. (BLOCK, apud, ARRIGHI, 1996, p. 306)

Nas décadas de 50 e 60, impulsionados pelos gastos militares, os Estados Unidos, como um banco central do mundo proporcionou a solução da liquidez da economia mundial, fornecendo a liquidez suficiente para a expansão do comércio e da produção mundial. Este período foi coroado pela rapidez da conversão do excesso de capital em produtos. O lucro era investido em mais produção o que ocasionava um lucro ainda maior, um ciclo que se completava ao mesmo tempo em que se reproduzia. “Este foi o período mais lucrativo de crescimento econômico do capitalismo mundial”. “Foi chamado de a idade de ouro do capitalismo mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 307).

Segundo Hobsbawm (1994) a nova metodologia da produção mundial o *Just in time*²⁰ criou um excesso de capital, porque reduziu o investimento na cadeia produtiva e no comércio em geral, pois necessitava de estoques menores diferente do método Fordista²¹ de produção que até então fora utilizado. Por outro lado o crescimento da produção gerou capital superior ao que poderia ser aplicado na cadeia produtiva, a não ser com lucros menores, o que provocou a transferência de capital para as finanças.

Este fato aliado ao novo sistema de taxas de câmbio flexíveis que as principais nações do mundo adotaram, criou uma liquidez mundial sem precedentes, que fugiu do controle dos governos. Os mercados monetários se expandiram por meio da especulação de divisas e das taxas de juros oferecidas pelos países, principalmente em desenvolvimento.

Em 1968, os fundos mantidos no mercado de eurodólares aumentaram subitamente, levando o governo americano a abandonar o padrão ouro-dólar. Em 1973, a especulação do capital mundial pressionava o regime de câmbio fixo adotado durante a expansão material. Naquele momento o mercado de eurodólares apoderou-se do processo que estipulava os preços das moedas em relação a outras. O mercado de eurodólares é o resultado do próprio

²⁰ Um termo que recentemente se tomou popular para descrever o tipo de sistema que resulta da adoção de uma abordagem ITS (Integração Total de Sistema) . O termo pretende transmitir a idéia de que os três principais elementos da manufatura – recursos financeiros, equipamento e mão-de-obra são colocados somente na quantidade necessária e no tempo requerido para o trabalho. (ALVES, 2006)

²¹ O modelo fordista, caracterizado pela produção em série e homogênea e rígida hierarquia de funções.

plano Marshall e da guerra fria. Do plano Marshall, porque as empresas transnacionais eram os maiores depositantes do mercado monetário americano; e da guerra fria, uma vez que os países comunistas não poderiam depositar dólares nos Estados Unidos, pois estes poderiam ser congelados, e por esta razão eles depositaram nos bancos Europeus.

Diante disso, ocorreu o fortalecimento do dólar como moeda mundial, e a expansão global do capital monetário das corporações norte-americanas que procuraram os custos mais baixos e a liberdade de ação das atividades bancárias Europeias.

O resultado foi que em meados da década de 70, as transações monetárias ultrapassavam o valor do comércio mundial. Segundo Arrighi, “(...) em 1979, o comércio de divisas atingiu a cifra de US\$ 17,5 trilhões, ou mais de onze vezes o valor total do comércio mundial de US\$ 1,5 trilhão”.

A expansão financeira ocasionou a formação de blocos econômicos que se apoiavam em organizações governamentais que passaram a deter a acumulação de capital em escala mundial.

Entre os anos de 1963 e 1973, a hegemonia americana entrou em crise. Segundo Arrighi (1996) foram a três fases distintas:

- Militarmente – as dificuldades do Exército americano frente a guerra do Vietnã;
- Financeiramente – Os Estados Unidos verificou a impossibilidade de preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods²²;
- Ideologicamente – a luta contra o comunismo perdia a legitimidade no país e no exterior.

Neste cenário o governo americano recuou e deixou a função de governo mundial. “O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial do pós-guerra e um declínio do prestígio dos EUA durante a Revolução Iraniana e a crise dos reféns de 1980” (ARRIGHI, 1996, p. 310)

Neste contexto deu-se a reversão do ciclo sistêmico de acumulação Norte Americano, a expansão financeira do capital tomou as rédeas da economia mundial, em substituição à expansão material, ocasionada principalmente pela pressão do mercado de eurodólares e pela implantação das políticas econômicas neoliberais. “O resultado foi à acumulação de um volume imenso de fundos e mercados líquidos, o mundo das finanças em

²² O Acordo de Bretton Woods, assinado no dia 22 de julho de 1944, tratava de três assuntos: sistema monetário internacional, regras comerciais e planos de reconstrução para as economias destruídas pela guerra.

eurodólares fora da autoridade regulatória de qualquer país ou órgão” (FRIEDEN, apud, ARRIGHI, 1994, p. 313).

As políticas de liberalização e privatização contribuíram para o aquecimento do comércio mundial e o intercâmbio financeiro, fazendo com que empresas se empenhassem cada vez mais em investir no exterior. As vendas das subsidiárias das corporações transnacionais somaram 20% mais do que o total mundial das exportações de bens e serviços. Foram adotadas medidas de flexibilização do capital, o que deu base para que o capital adquirisse uma capacidade de mudança e de adaptação.

Este foi o cenário ideal para a expansão financeira no Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano, o Estado abriu mão das estatais e do poder sobre o movimento do capital, os juros internacionais subiram, e o capital pode buscar pelo mundo o lucro máximo.

Diante do exposto neste capítulo, pode-se concluir que hegemonia é um termo que define a condição de domínio de um estado sobre os demais estados dentro de uma ordem universal. O domínio nem sempre é obtido com o uso da força, pois ele pode transmitir a idéia de busca do interesse comum e assim receber o apoio dos demais estados para ocupar uma posição de liderança. A trajetória da hegemonia Norte-americana apoiada nos estudos sobre CSA de Arrighi evidencia essa dinâmica, pois demonstra que a capacidade produtiva somada ao poder de persuasão no campo das idéias, da cultura e da política, conduzem uma nação a um grau de hegemonia. A questão da reversão do ciclo ocorre porque quem detém o capital sempre opta pelo lucro, independente da posição que o Estado ocupa no cenário internacional. Se produzir não oferece o retorno desejado, o capitalista transfere seus recursos para os investimentos em finanças desde que este seja mais rentável.

CAPÍTULO VI

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar o surgimento do imperialismo no sistema capitalista de produção mundial, bem como a formação das hegemonias, com base nas teorias de diversos autores que abordaram os temas. Procurou-se também, relacionar as idéias dos autores estudados, contrapondo-as de forma a obter uma melhor compreensão sobre os interesses que acobertam um estado hegemônico ou que subsidiam a formação do poder imperialista e sub-imperialista.

Observou-se durante a contextualização que alguns autores concordaram entre si, ao ponto de utilizarem os mesmos conceitos existentes para formular suas próprias teorias, como foi o caso de Lênin (1987) em relação à Hobson (1902).

Ao longo do trabalho, pode-se analisar e contrastar essas teorias, bem como tomar partido de algumas ora apresentadas. Analisando a forma como Lênin (1987) construiu o arcabouço teórico para definir imperialismo, partindo da expansão do fim do séc. XIX e a crise de 1900 a 1903, período que deu início o processo de organização dos trustes industriais. A organização dos trustes levou à formação dos grandes monopólios capazes de forçar o estado a um confronto com outros estados, para satisfazer os interesses dos capitalistas, bem como modificar toda a vida econômica a nível mundial.

No estudo de Lênin, encontrou-se uma resposta para a melhor compreensão da forma como imperialismo se desenvolveu no capitalismo. No sistema capitalista contemporâneo existem vários imperialismos, que por sua vez são regidos por diferentes monopólios que competem entre si. Ao considerar que o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era caracterizado pela exportação de mercadorias e o que caracteriza o capitalismo na atualidade, onde reinam os monopólios é a exportação de capitais, pode-se observar que mesmo entre monopólios existe a livre concorrência.

Os contrapontos entre os autores estudados são mais evidentes no conceito de imperialismo. Para Hobson (1902) o imperialismo é resultado direto do nacionalismo, enquanto que Lênin defende que o imperialismo é resultado da formação dos monopólios de cunho internacional. Por outro lado, ambos os autores concordam que o moderno imperialismo apresenta a competição entre vários impérios diferentemente dos impérios

medievais, onde um único império estendia seus domínios até os confins da terra. Para Bukharin (1988), o imperialismo é a política do capital financeiro e que, em certa medida, implica o uso da força, pois a ampliação do território nacional para este autor só é obtida através da guerra.

Quanto ao entendimento do termo hegemonia, Arrighi (1996), da mesma forma que Lênin, acresceu ao seu exercício à possibilidade do uso da força quando necessário, pois para Lênin, a busca pela conquista de uma hegemonia só seria possível com o uso da força e com interesses de domínio. Já para Gramsci, não há direção política sem consenso das idéias, podendo ocorrer o domínio do mesmo sem o uso da força, se utilizando para tanto dos “aparelhos privados de hegemonia”. Arrighi (1978) de certa forma, tomou o conceito de hegemonia que Gramsci havia aplicado ao plano nacional e o empregou para explicar uma ordem mundial observando uma hierarquia entre estados.

No entanto, para Hobson (1902) quando uma nação se utiliza do nacionalismo para invadir e tomar parte ou o todo de um território pertencente à outra nação, ocorre uma transição do nacionalismo para o imperialismo. Para Arrighi (1978), havia uma diferença entre o imperialismo medieval, e o imperialismo que surgiu do nacionalismo e que teve início nas últimas décadas do século XIX. O nacionalismo não gerava hostilidades entre as nações, pois estas poderiam até ajudar-se mutuamente, enquanto os impérios que se apresentavam como novas potências com pretensões de expansão territorial e industrial, colocavam em risco a paz entre as nações do mundo.

Analisando o Império Romano, Arrighi (1978) entendeu que o imperialismo existiu antes da última fase do capitalismo e antes mesmo do capitalismo, contrariando dessa forma o que teorizou Lênin, de que o imperialismo seria a fase superior do capitalismo ou etapa monopolista do capitalismo. A competição interestatal a nível político-militar não teria ocorrido, pois segundo Arrighi, que se baseou nos estudos de Hobson (1902), as nações assumiram uma postura nacionalista. O entendimento de Arrighi quanto ao que defendeu Lênin, em relação ao imperialismo ser a etapa monopolista do capitalismo, é que esta idéia seria uma união de expressões ideológicas referentes à opressão dos povos pelos países hegemônicos, bem como a exploração pelos detentores do capital da classe trabalhadora e da pequena burguesia.

Com relação à Hobson (1902), Arrighi (1978) entendeu que o nacionalismo só poderia resultar em imperialismo ou em império informal, que segundo ele eram formas expansionistas estáveis. Arrighi atribuiu às definições de imperialismo de Hobson uma

representação gráfica que melhor definiu os fenômenos expansionistas. Ao apropriar-se dos conceitos de Hobson, ele conseguiu diferenciar imperialismo e império informal.

Por fim, Arrighi (1978) apropriou-se dos conceitos de Hobson, expressando a estabilidade dos fenômenos no momento em que o nacionalismo era a ideologia marcante e os dividiu teorizando quatro definições – imperialismo, império formal, império informal e colonialismo.

Quanto à temática do conceito de sub-imperialismo, da forma como Marini (1985) e Pedrosa (1966) discutiram, observou-se que dentro da ordem definida pelo capitalismo mundial, seguindo a hierarquia do processo produtivo, os estados que detêm o capital necessitam de outros estados em desenvolvimento que participem como elos de ligação entre o imperialismo e nações ditas como inferiores que na hierarquia do sistema mundial são somente consumidoras de produtos industrializados. O interesse pelo desenvolvimento de estados sub-imperialistas também foi motivado pela disputa entre eixos dominantes, como foi o caso dos EUA e Alemanha no controle do mercado e do sistema político dos países latinos.

Para discutir os temas no presente trabalho houve a necessidade de uma pesquisa em bibliografias de autores do início do séc. XX, para que pudéssemos compreender na atualidade a dinâmica imperialista, representada principalmente pelos Estados Unidos da América. Ao entendermos a trajetória da hegemonia Norte-Americana desde os primórdios, destacando a rápida industrialização, a formação dos grandes monopólios que direcionaram as ações do Estado aos seus próprios interesses através de sucessivas invasões de territórios alheios, exercendo um poder de polícia primeiramente nas Américas e nas últimas décadas em todo o mundo, pode-se compreender os fatos atuais, que estão nos mostrando diariamente o quanto a vida é insignificante diante da ganância do homem. Estados são atacados, vidas destruídas, povos divididos, o terror se instala numa chama que parece não ter fim enquanto os interesses capitalistas permanecem intocáveis. Cabe perguntar: até quando o capitalismo irá seguir sua trajetória? Até quando nós como humanidade, assistiremos e permitiremos que alguns milhares que detêm o capital decidam o que bilhões de pessoas iram comer, vestir e produzir? Pode-se deduzir que hoje o imperialismo não é mais de uma nação, mas o resultado da ânsia pelo lucro dos seres humanos espalhados pelo mundo, investindo sem saber, muitas vezes contribuindo para o desenvolvimento da produção do arsenal que mata – a indústria de armas e de guerra química – que concede a um estado um status de poder e impõem medo sobre os demais.

Os EUA como atual representante do imperialismo ou da hegemonia mundial, permanece seguindo uma lei, a escalada do capitalismo, revelada por Lênin, Hobson, Marx,

Marini, Arrighi e todos autores citados neste trabalho, independentemente de terem utilizado uma ou outra definição, o que deve-se priorizar é o fundamento que sustenta a essência dessa lei, o lucro máximo.

Portando, deve-se ressaltar que por diversas vezes os autores atribuíram características idênticas para descrever hegemonia e imperialismo, demonstrando, de uma forma geral, que não houve tal preocupação em diferenciar os termos, mas a preocupação maior em compreender como surgiu e como se desenvolveu o capitalismo na contemporaneidade.

Neste trabalho, devido à complexidade do assunto em discussão, conseguimos realizar algumas aproximações sobre hegemonia, imperialismo e sub-imperialismo, tornando-se evidente a realização da continuidade dos estudos para encontrar uma melhor compreensão sobre as relações tecidas entre tais definições e sobre a possibilidade da existência – como hipótese – do sub-imperialismo na atualidade.

Com o intuito de melhor compreender os temas abordados neste trabalho, sugere-se:

- Um estudo que possa demonstrar as diferenças entre o capitalismo, do início do séc. XX e do contemporâneo.
- A análise sobre o comportamento da hierarquia entre os Estados na economia mundial, buscando situar o sub-imperialismo nesse sistema.
- Uma pesquisa que confronte as diferentes formas como se apresentou o imperialismo no modo de produção capitalista.
- Um estudo sobre a posição do Brasil na hierarquia do sistema mundial.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João Murta. *O Sistema Just in Time reduz os custos do processo produtivo*. Disponível em:

<http://libdigi.unicamp.br/document>. Acessado em 10 de julho de 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. *A geometria do Imperialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1978.

BERLINCK, Horácio. *Chegaram ao fim mil anos de divisões – o que foi o resorgimento*. Disponível em:

http://www.academia.g12.br/professores/ismael/aulas_apoio_18.html. Acesso em 09 de julho de 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. São Paulo, 1982, p. 11-74: (Cap I “As divisões do espaço e do tempo na Europa”).

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista eletrônica dos pós-graduados em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, Vol. 2, n. 1 (3), jan/jul 2005, p. 71. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br> Acesso em 12 de julho de 2006. Acesso em 12 de março de 2006.

BURLAMAQUI, L. ; Fagundes, J. *Tecnologia, Competição e Teoria Econômica: Uma abordagem Schumpeteriana*. Arché Interdisciplinar, Rio de Janeiro, v. 6, p. 119-157, 1993

BUKHARIN, Nikolai I. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. 3 Ed, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CATANI, Alfredo Mendes. *O que é o Imperialismo*. 2ª Edição – São Paulo: Brasiliense, 1981.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Livraria Pioneira, 7. Ed., 1986.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: RECORD, v. 1, 1999.

HOBSON, John Atkinson. *Estúdio del imperialismo*. México: Alianza Universidad, 1902.

HOBBSBAWN, Eric J.. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed., 1997.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Tradução Olinto Beckerman, 4ª Edição – São Paulo: Global, 1987.

MAGDOFF, Harry. *The Age of Imperialism*. Monthly Review Press. 1969

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 12ª Edição. México: Siglo Veintiuno, 1985.

PANITCH, Leo & LEYS, Colin. *El nuevo desafío imperial*. 1ª Edição- Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PEDROSA, Mário. *A opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª Edição – Florianópolis: Ed. Da UFSC: São Paulo: Cortez Editora, 2004.

JÚLIO CÉSAR GARCIA EHLERS

**ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:
Imperialismo e Hegemonia**

Florianópolis-SC, Setembro de 2006